

CEDI - P. I. B.
DATA 13 / 07 / 87
COD. NAD 65

- POLONOROESTE -

 fundação Instituto de pesquisas econômicas

AVALIAÇÃO ANTROPOLÓGICA DO GRUPO NAMBIKWARA

(Ref. OS n.o 03/1985-86 - Relatório 10.4)

MARIA CRISTINA N. TORRES

SÃO PAULO
SETEMBRO • 1986

AVALIAÇÃO DAS RESERVAS INDÍGENAS NAMBIKWARA

ÁREA INDÍGENA PIRINEUS DE SOUZA

ÁREA INDÍGENA NAMBIKWARA

ÁREA INDÍGENA VALE DO GUAPORÉ

ÁREA INDÍGENA SARARÉ

Maria Cristina Torres

Outubro/86

ÁREA INDÍGENA PIRINEUS DE SOUZA

A planta de demarcação da área, datada de 21/03/1984 (anexa), indica uma área de aproximadamente 29.212,2716 ha e perímetro de 82,636 km. Processo nº BSB 1186/83, no município de Vila Bela da S.S. Trindade, Mato Grosso. Ajavag, atualmente 15ª DR. Esta é a área indígena mais próxima da delegacia, cerca de 19 km de Vilhena.

Uma nova estrada de acesso foi construída no último ano. Partindo da BR 364, entramos na área pelo sul atravessando o córrego Areia Branca e seguindo até a aldeia da Barra, onde se localiza o P.I. Aroeira.

Em maio/86 a estrada encontrava-se bastante danificada pelas chuvas. (Mapa anexo)

As informações obtidas são fruto de visita realizada em Maio/86, conversas com indígenas e com a enfermeira na área transferida para o posto em Fevereiro.86. O cargo de chefe de posto está vago desde Janeiro.86 e o de professor desde Março.86.

A população de 112 indígenas, remanescentes dos sub grupos Nam biquara - Sabane, Tauande, Idalamare e Manduca atendida pelo P.I. distribuía-se em 1985 por 3 aldeias:

Aldeia da Barra	77 indígenas	
Aldeia Cururu	28 indígenas	
Aldeia São João	<u>7</u> indígenas	
	112	(1)

Por ocasião de nossa visita, verificamos algumas alterações na distribuição da população.

A Aldeia Cururu foi abandonada e uma outra construída no lugar chamado Campinho, à margem da nova estrada.

Alguns indígenas residentes na Aldeia da Barra, mudaram-se para as Aldeias São João e Taquaral, mais distantes do P.I. e próximas a seringais, onde já existiam estradas e acampamentos usados na época da extração de borracha.

Como resultado, temos uma melhor ocupação da área indígena motivada possivelmente pelo aumento da população e crescente escassez de recursos naturais: caça, coleta; assim como maior interesse pela extração da borracha.

Existe estrada para veículos servindo a Aldeia da Barra, sede do P.I. e a Aldeia São João, estrada esta que segue até as proximidades da Aldeia Taquaral.

Estrutura física do Posto

Aldeia da Barra

Enfermaria completa com acomodação para doentes; casa de enfermeira.

Antiga casa de chefe de posto - casa de alvenaria e sala de rádio. Atualmente esta construção de 2 comodors, sala, cozinha e banheiro, está fechada; apenas a sala de rádio com entrada exclusiva é utilizada.

Nova casa de chefe de posto - construção de madeira.

Escola equipada e casa de professor.

Galpão - Garagem.

O Posto possui um Toyota que achava-se em reforma na sede da 15ª DR; uma máquina de beneficiamento de arroz também em reforma, e um micro-trator.

Os dois últimos equipamentos são manejados pelo índio Neves que recebe da Funai por tarefa executada, prestando serviços como por exemplo: a manutenção de estradas e do pomar existente. Neves expressou seu descontentamento por entender que está recebendo um tratamento diferenciado por parte da Funai que em outras áreas, como no P.I. Nambiquara, paga mensalmente o indígena encarregado dos mesmos serviços.

Atividades

Além da agricultura de produtos tradicionais e de arroz, os indígenas dedicam-se também à criação de galinhas e porcos.

Recentemente dois indígenas, por iniciativa própria, adquiriram cabras do P.I. Nambiquara.

A criação é altamente valorizada e parece estar crescendo de importância na alimentação da população.

Vários indígenas afirmam que a caça está cada dia mais rara e alguns já chegaram até a comprar carne em Vilhena.

A Funai reintroduziu a criação de gado (10 cabeças). No curral localizado na Aldeia Barra, alguns indígenas cuidam do gado espontaneamente.

Existe também um cavalo que não é utilizado.

Praticamente todos os homens possuem estradas de seringa e dedicam-se a esta atividade.

O transporte até Vilhena fica a cargo da Funai, e a comercialização da produção é supervisionada pela mesma.

A produção em 1985 foi de 5.599,0kg e de 1.100,0kg até maio de 86, segundo dados fornecidos pela 15ª DR.

Com o dinheiro proveniente da venda da borracha, a comunidade adquire em Vilhena diversos artigos: de peças de vestuário e sabão até itens de alimentação como óleo, açúcar, café. Nos últimos anos os indígenas compraram também rádios, gravadores e bicicletas.

Falando com fluência o português, os indígenas nutrem enorme expectativa em relação à escola. Prometida desde 78 e sem professor nos últimos meses.

Histórico

Os indígenas da A.I. Pirineus de Souza, tem um longo e trágico histórico de contato contínuo. Em 1943, o S.P.I fundava no local chamado Espirro um posto que existiu até 1968 sob a chefia de um mesmo funcionário - Afonso França. Durante este período foi enorme a depopulação dos vários sub-grupos Nambiquara ali reunidos causa da por epidemias, maus tratos.

Para este posto foram transferidos os Sabane, cujo dialeto é o que mais se diferencia dos outros dialetos Nambiquara.

Os Sabane já mantinham contatos com os trabalhadores da Comissão de linhas telegráficas e em parte tinham sido expulsos de seu território tradicional pelos índios Cinta Larga. Um grupo residia temporariamente na Estação telegráfica de Vilhena. Em 1938, foi encontrado por L. Strauss, cujas indicações são apontadas a seguir.

No grupo auto designado Sabane, dialeto c, são 34 indígenas sobreviventes da gripe de 1929 que matou mais de 300, então acampados no lugar chamado Espirro. Achavam-se reunidos ao grupo auto designado Tarunde, dialeto bl, 18 indígenas dos quais 3 pertenciam a um grupo dizimado na gripe de 1927. Este é indicado como sendo grupo ocidental, dialeto b2: Taiate, Lakonde (bl/2); Sovainte (c). (1)

O responsável pela Estação telegráfica de Vilhena nesta época, Manoel Lage, relata (2) que os Sabanezes acossados pelos Cinta Larga, chegaram a Vilhena onde ele realizou a aproximação destes com os Tagnani, sobreviventes de uma forte gripe. Tagnani - Dialeto b2 (L. Strauss)

Ao grupo que passa então a residir no Espirro, são agrupados os Tawande e posteriormente os Manduca.

A criação de gado e extração de borracha foram atividades que o S.P.I introduziu e manteve utilizando mão de obra indígena. A disciplina de trabalho imposta foi rigorosa tanto no tocante ao tempo e esforço exigidos, como nos castigos aplicados. Nesta época mulheres índias eram usadas pelos trabalhadores do S.P.I, e meninos enviados para a missão de Utiarity de onde só retornavam anos depois.

Os atritos ocorridos entre o chefe do S.P.I e os líderes indígenas que buscavam resistir à dominação, resultaram em assassinatos e fugas.

Aos poucos, os indígenas em número já extremamente reduzido, dispersaram-se. Alguns foram transferidos para um seringal que pertencia ao genro de Afonso, por iniciativa do próprio, onde continuaram sujeitos aos mesmos abusos. Os que buscavam retornar às suas aldeias, acabaram por transformar-se em trabalhadores de seringais ou fazendas, pouco recebendo em troca. Outros ainda, alternavam períodos de trabalho na construção de estradas, em Vilhena e Marco Rondon.

(2) Comunicação pessoal.

(1) La vie familiale et Sociale DES INDIENS NAMBIKWARA - C. Levis Strauss. Societe DES AMERICANISTES 1948, pgs. 6, 50 e 51.



Somente na segunda metade da década de 70, por iniciativa do Projeto Nambiquara, estes indígenas são novamente reunidos na área Pirineus de Souza. A situação é assim descrita:

"Dos Nambiquara do norte os Sabane, Laconde, Manduca e Tawande são os que apresentam maior deculturação".

"A Funai veio a encontrá-los já seviciados como trabalhadores baratos, quase todos morando fora da reserva e portadores de vícios e dependências adquiridas. Algumas índias do grupo estão casadas com civilizados em Vilhena ou nas redondezas e já adquiriram filhos e costumes civilizados" (1)

O que se nota de impressionante, é que expostos a tantas vicissitudes por um período tão longo e submetidos a tantos fatores desagregadores, exista em Pirineus de Souza uma comunidade regida sócio e politicamente por estruturas da cultura Nambiquara. Aspectos como o casamento poligâmico, casamento preferencial de primos cruzados, xamanismo, liderança generosa e ausência de coerção, distribuição de gêneros norteadá por parentesco, etc., constituem as relações de base desta comunidade, convivendo com uma intensa relação social e econômica com a sociedade envolvente.

Prioridades

- Educação;

Levantamento dos dialetos Sabane, Tawande, por linguísta;
Plano de Educação incluindo noções gerais sobre o funcionamento da sociedade envolvente. Matemática e Português;

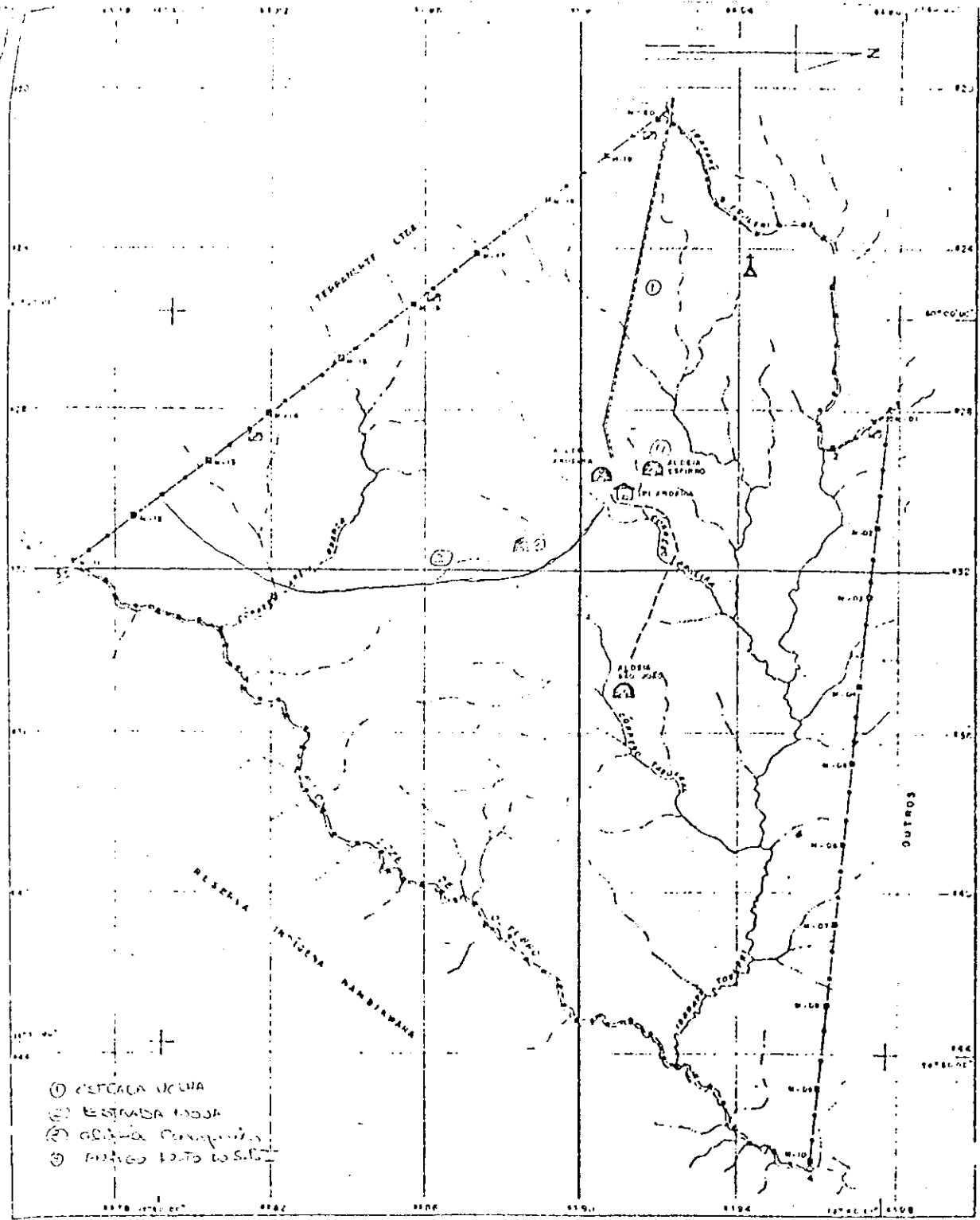
- Levantamento da situação dos seringais e das técnicas utilizadas;

- Manutenção da estrada de acesso ao P.I. e das estradas que ligam as aldeias;

- Fiscalização de limites, reavivamento das trilhas envolvendo os indígenas.

- Assistência social que acompanhe os indígenas, que tendo morado na cidade retornam à área, e das relações entre os indígenas residentes com parentes fora da reserva.

(1) Relatório Nambiquara - David Price, 3/1/78



- ① ESTACA VELHA
- ② ESTRADA NOVA
- ③ ALDEIA ESPÍRITO SANTO
- ④ ALDEIA SÃO JOSÉ

SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DEMONSTRADA
- POSTO INDÍGENA E ALDEIA INDÍGENA
- CENSO
- ALCOVA DE REVESTIMENTO ALTO
- CAMINHO
- PONTE
- CURVA D'ÁGUA PERMANENTE
- CINTO D'ÁGUA INTERMITENTE
- MANTO DE CONCRETO E LAJA INDICADA
- CANAL DE CONCRETO
- CANAL DE TERRA

<p>MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI</p>			
ARRAIA INDÍGENA MIRIMUS DE SOUZA		DEMARCAÇÃO	
VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE		Nº 212.271660	12.35.00 S 54.05.00 W
MATO GROSSO		AJAÍAS	1.125.000
[Signature]		[Signature]	

MAPA - ÁREA INDÍGENA ENAUENÉ - NAUE (SALUMA)

Elaborado por Grupo de Estudo em outubro de 1984, este mapa indica igualmente a Reserva Indígena Nambikwara e a Área Indígena Pirineus de Souza.

Inestimável valor teria para os indígenas da A. I. Pirineus de Souza, e da Área Indígena Nambikwara a transformação da faixa de terra existente entre o Córrego Tuluiiri e o Rio Doze de Outubro em Reserva Indígena (A - ver mapa). Com esta medida teriam ampliado o potencial de caça, coleta e pesca, e seria devolvido um território de tradicional ocupação destes grupos Nambikwara. Desse limitado território também seria possível evitar que este trecho ocupado por brancos, por três Áreas Indígenas fosse intensamente ocupado por brancos, tornando-se uma ameaça constante de Invasão dos territórios tribais.

P.I. Nambiquara

Até 1982(1) existia na área I. Nambiquara um posto indígena que atendia 8 aldeias com uma população total de 187 indígenas dos grupos Kithaulhu, Sawentesu, Halotesu e Wakalitesu.

A partir de 1983 foi criado um novo posto, o P.I. Kithaulhu que atualmente atende 2 aldeias - Campos Novos e Camarare, com 87 indígenas.

Subdividida a estrutura da Funai na reserva Nambiquara ao P.I. Nambiquara cabe responder pela seguinte população:

	ALDEIA	POPULAÇÃO	GRUPO PREDOMINANTE
P.I. Nambiquara	Barro Vermelho	15	Kithaulu
	Al. Branca	27	Sawentesu
	Barro Branco	7	Sawentesu
	Barracão Queimado	7	Halotesu
	Sapezal	4	Halotesu
	Juina	10	Halotesu
	Al. Boqueirão	21	Wakalitesu
	Vista Alegre	10	Halotesu
	Onça Preta	15	Halotesu
	Al. Funilão	5	Halotesu
	Total	121	

Destas 10 aldeias, 6 foram visitadas em maio/86. Não foi possível seguir até o P.I. Kithaulhu por falta de transporte.

(1) Levantamento populacional realizado pela assistente social em 6/82.

(2) Levantamento populacional de 12/85 - 153 DR

P.I. Nambiquara

Cerca de 150 km de Vilhena, segue-se pela BR até o local chamado Comodoro e depois por estrada de terra em bom estado, até o P. I.

Os limites, picadas e marcos tem sido fiscalizados, e segundo o chefe do Posto, não existem problemas com a comunidade envolvente.

Por ocasião de visita ao P.I. estavam presentes o chefe de posto que acumula função no Sedec (Setor de desenvolvimento comunitário) em Vilhena; uma enfermeira, e a professora além da assistente social, dentista e de funcionário que realizava a vacinação do gado.

Estrutura do Posto

Existe uma enfermaria construída em 1981, equipada no ano seguinte e casa de enfermeira. Casa de chefe de Posto e galpão - garagem em construção. Prédio de escola ainda sem fossa e instalação hidráulica, e foi construído em 1983.

Atendimento Odontológico

Atendendo temporariamente no P.I. Nambiquara, o dentista trabalhava intensamente em condições bastante adversas. Não existe cadeira adequada ao atendimento, ficando o paciente em posição incômoda e prejudicial ao atendimento.

Outras dificuldades resultam da inexistência de auxiliar, e da dificuldade e demora na obtenção de material necessário ao serviço,

O dentista indica a necessidade de atendimentos mais regulares dado o estado precário dos dentes em algumas aldeias. As aldeias são visitadas uma vez por ano; com melhores condições de transporte e planejamento seria possível dobrar o número de visitas. (1)

Atualmente, o tempo que dispõe é dedicado aos casos mais urgente

- (1) - "o atendimento odontológico é realizado de forma mais satisfatória nas aldeias do que na Casa do Índio em Vilhena".
(Dentista)



tes de extração, não existindo condições para atender casos de ob-
 turação de cáries menores, limpeza, aplicação de fluor e orienta-
 ção da higiene bucal.

Atividades

Nos últimos anos vem sendo realizado um trabalho de redefinição
 do território tribal e estímulo a implantação de aldeias, visando
 afastar os indígenas das proximidades da BR e diminuir a dependên-
 cia do Posto Indígena.

Uma melhor distribuição das aldeias pelo território, permite
 um aproveitamento mais adequado do eco-sistema atenuando a crescen-
 te escassez de caça. A coleta é atividade principal de onde provém
 pequenos animais como gafanhoto e calango, produtos como mel e fru-
 tas variadas. A pesca não é muito frequente.

Como forma de estimular este distanciamento do P.I. e garantir
 atendimento a todas as aldeias, foram construídas estradas faltan-
 do apenas concluir o acesso as aldeias Onça Preta e aldeia Barra-
 ção Queimado (2 pontes). As que já se encontram prontas, foram fei-
 tas parcialmente com verba do Polo (Relatório Polonoroeste 85/86 -
 item obras executado), contando com o trabalho indígena.

Existe um trator e um tratorista indígena contratado recebendo
 mensalmente, responsável por trabalhos nas estradas, limpeza de pá-
 tio, transporte de mudas e outros serviços. Este é o único indíge-
 na que reside nas proximidades do Posto Indígena. Sua situação é
 especial, é casado com índia de Utiarity e sempre mostrou enorme
 interesse por máquinas. Possui uma roça e sua remuneração é parci-
 almente redistribuída.

A implantação da pecuária foi priorizada em 1985 e 1986. Segun-
 do a orientação de descentralizar as atividades, foram construídos
 6 currais nas aldeias, cercas e pastagens. Em cada aldeia, existem
 de 2 a 5 cabeças de gado. A atividade é bem aceita pelos indígenas,
 alguns mais novos já ordenham as vacas com facilidade. (Relatório
 Polonoroeste 85/86 - executado - Formação de pastagens, matrizes -
 leiteiras, construção de estábulo/curral).

São criadas também galinhas e construídos galinheiros para to-
 das as aldeias.



A capricultura iniciada em 83 foi abandonada, dada a falta de adaptação.

Existem cavalos (10) e arreamento que ainda não são utilizados para montaria, futuramente serão distribuídos pelas aldeias.

Pomares foram plantados na sede do P.I. e nas aldeias junto as cercas de gado, e são apreciados; os indígenas sob a orientação do chefe do P.I. estão aprendendo quais os cuidados necessários ao po mar (carpir, inseticidas, etc.).

Agricultura -

Existem roças em todas as aldeias.

Em 1985, uma grande roça coletiva foi feita junto ao posto; em 86 foi escolhida uma área mais distante e neutra e iniciado o trabalho de derrubada.

Comercialização -

Todas as aldeias possuem estradas de seringa e seringueiros.

A renda dos índios provém basicamente da extração da borracha que é comercializada sob supervisão da Funai.

A atividade é irregular e mantém dependência com as ocasionais necessidades de compra de artigos.

Os indígenas respeitam a época de floração, mas não tem conhecimentos técnicos adequados para a atividade.

Em 1985, o levantamento da produção de borracha da 15ª DR, a ponta no P.I. Nambiquara 3.478,0 kg e em 1986 (até maio) 354,5 kg.

A produção de artesanato para venda também é irregular e a renda pouco significativa. Os indígenas costumam deixar o artesanato no Comodoro (vila comercial à margem da BR 364, junto à estrada para a reserva), ali contam com a preciosa ajuda de uma antiga enfermeira da Funai que possui um estabelecimento comercial, onde deixa exposto o artesanato.

Escola

O P.I. Nambiquara foi o único local onde foi possível observar o funcionamento da escola.

Basicamente ela se estrutura em 4 pontos:

1 - Plano de trabalho onde se explicitam as condições de ensi



no, objetivos e técnicas usadas.

É enfatizado o ensino de noções gerais sobre o funcionamento da sociedade envolvente, saúde, agricultura e criação. São utilizadas técnicas de representação de situações reais, elaboração de mapa da reserva e localização das aldeias e usados recursos audio-visuais. (projektor e slides na área)

- 2 - "Períodos intensos" quando todos os indígenas são reunidos por alguns dias aproveitando intervalos nas suas atividades habituais, sem o prejuízo destas.
- 3 - "Tempo restante" - o atendimento do professor é voltado para visitas nas aldeias, e orientação de monitores.

Entre os indígenas assistidos pela escola do P.I. existem alguns que conviveram intensamente com missionários do SUMMER, agora afastados das Áreas Indígenas Nambiquara.

Durante anos foram ensinados por estes missionários que viavam traduzir a Bíblia para o dialeto Nambiquara.

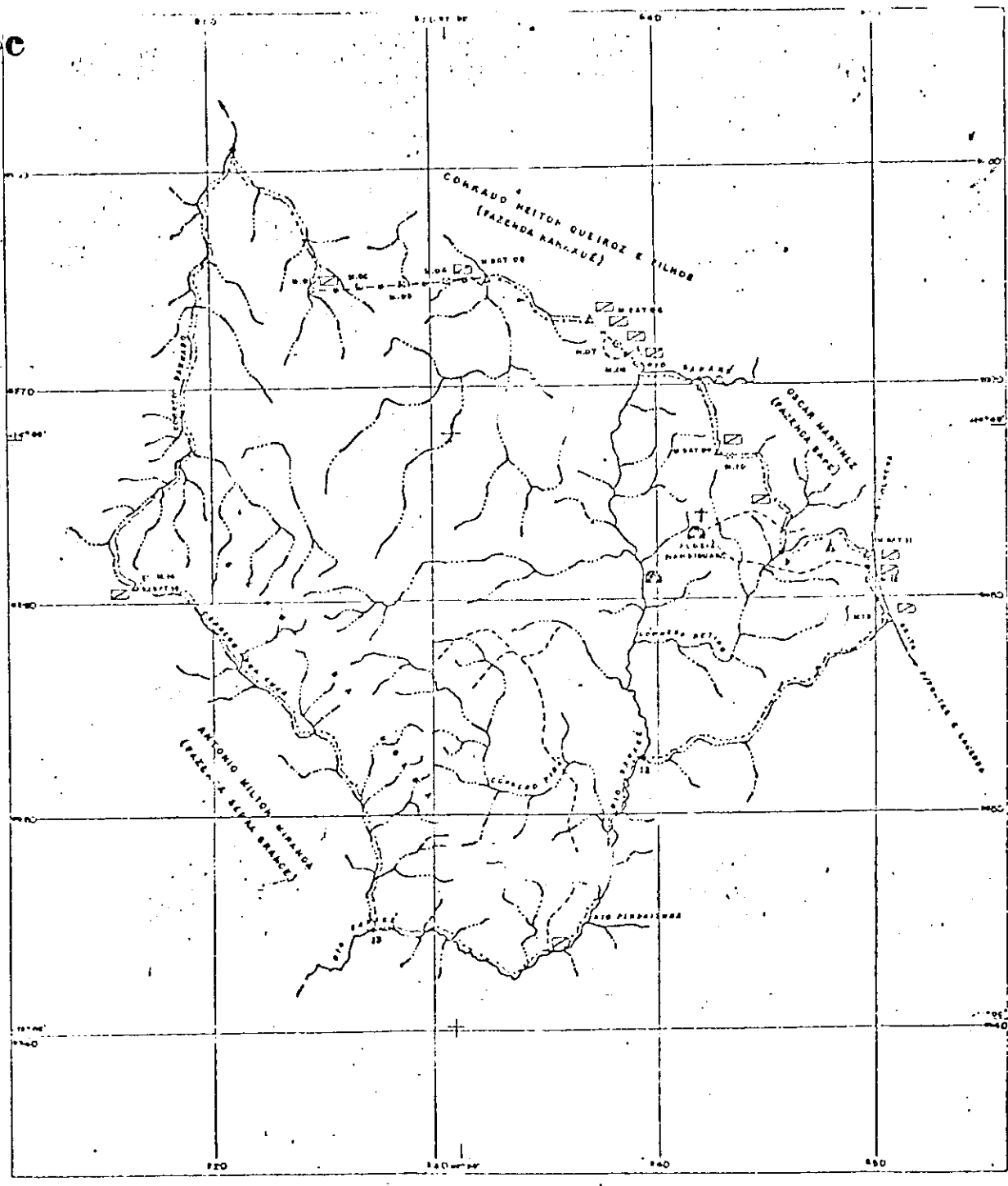
Com o afastamento dos missionários a escola Nambiquara buscou auxílio dos indígenas que tinham aprendido a ler e escrever em seu próprio dialeto, incorporando-os como monitores.

Atualmente estes indígenas alfabetizam outros membros da comunidade, adultos e crianças, em sua língua nativa, usando material didático voltado para sua realidade cultural.

A professora orienta este trabalho e paralelamente ensina noções de matemática.

Prioridades

- 1 - Apoio a política de descentralização que, entre outros inúmeros benefícios, caracteriza a sede do P.I., a escola e enfermaria como território neutro, e enfatiza o atendimento volante.
 - Conclusão das estradas de acesso às aldeias Onça Preta e Barracão Queimado.
 - Continuidade na política de implantação de pecuária, criação, nas aldeias.
- 2 - Verbas para material e apoio de atividades desenvolvidas pelo Setor de Educação.



- SINAIS CONVENCIONAIS**
- ALDEIA INDÍGENA
 - MALICA INDÍGENA
 - CAMPO DE POLÍCIO DE EMERGÊNCIA
 - CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
 - CURSO D'ÁGUA INTERMITENTE
 - MARCO DE DIVISÃO FOTOGRÁFICA
 - PLACA INDICATIVA
 - DIREÇÃO DE CORRENTE
 - TERRA INDÍGENA DEMARCADA
 - PONTO FOTOGRÁFICO

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

ÁREA INDÍGENA BANARÉ		DEMARCAÇÃO	
POITES E LAÇARDA	MATO GROSSO	67.419,0168 ha	131.842,03 m
155 DK		1:250.000	30/12/1983
		PROCESSO Nº:	114-15 DL

SERVIÇO DE INFORMÁTICA - SIAI
 SERVIÇO DE INFORMATICA - SIAI
 SERVIÇO DE INFORMATICA - SIAI

ÁREA INDÍGENA DO VALE DO GUAPORÉ

A planta de demarcação da A.I. do Vale do Guaporé indica uma área de 242.593ha e perímetro de 551.748km datada de 10/10/83, processo Funai/BSB/1566/83 no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso. (Mapa anexo)

Em novembro de 1982, a população Nambiquara do Vale do Guaporé era atendida por 2 postos da Funai, em caráter volante; o P.I. Manairissu e o P.I. Mamainde. A área indígena do Sararé era também atendida por estes postos perfazendo um total de 308 indígenas.

A partir de 1983, foram criados novos postos; um para a área isolada do Sararé P.I. Sararé, o P.I. Alantesu e o P.I. Wasusu, ficando o P.I. Manairissu para atendimento exclusivo do subgrupo Hahaintesu e o P.I. Mamainde com os subgrupos Negarote e Mamainde.

Em 1985, no levantamento da 15ª DR (12/85), a população é a seguinte:

P.I. Manairissu	Al. Hahaintesu	78	
P.I. Alantesu	Al. Alantesu	35	} 61
	Al. Waiksu	26	
P.I. Wasusu	Al. Wasusu	56	
P.I. Mamainde	Al. Negarote	43	} 122
	Al. Cap. Pedro	23	
	Al. Galo	56	
		<u>317</u>	

Em relação à estrutura física (construções) implantada, o quadro abaixo indica os postos da A.I. do Vale do Guaporé, enfermarias e escolas, assim como as residências de funcionários:

	Posto/Resid.		Enfermaria/Resid.		Escola/Resid.	
P.I. Manairissu	1	1	1	1	1	1
P.I. Alantesu	1	1	2	2	1	1
P.I. Wasusu	1	1	1	1	1	0
P.I. Mamainde	1	1	3	3	1	1
	<u>4 / 4</u>		<u>7 / 7</u>		<u>4 / 4</u>	

Temos portanto, 4 chefes de Posto, 7 enfermeiras e 4 professores, num total de 15 atendendo 317 indígenas. Constam também 2 tra



balhadores braçais no P.I. Wasusu e Manairissu.

Pelas informações fornecidas pela 15ª DR, no momento estão vagos os cargos de chefe de P.I. do Manairissu e Wasusu. Durante nossa estadia estava sendo transferido também o chefe do P.I. Alantesu por motivos pessoais. A função de chefia no P.I. Manairissu recai sobre a professora e no Wasusu na enfermeira.

Lotados no setor de Chefia temos: 3 funcionários PIN/POLO e 1 orçamentário; no setor de Saúde temos 6 PIN/POLO e 1 orçamentário; no setor de Educação temos 4 PIN/POLO.

Existe apoio à agricultura na forma de distribuição de ferramentas e acompanhamento das culturas, incentivo a criação, sendo destinadas verbas para construção de galinheiros e pocilgas.

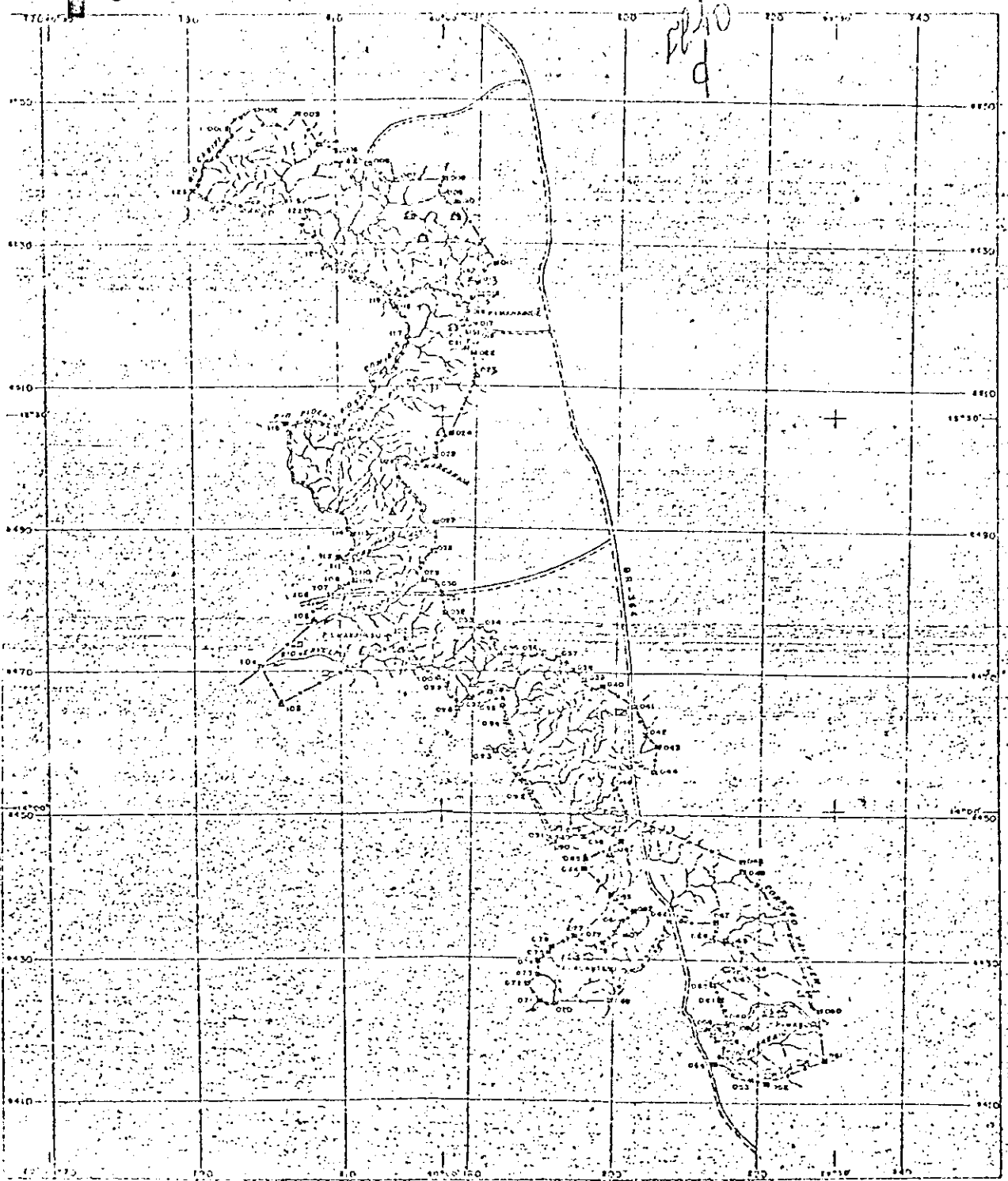
A Funai introduziu também a pecuária nestas áreas, com formação de pasto, construção de cercas e currais, com excessão do P.I. Mamainde onde os indígenas Negarote não se interessam pelo gado. Nos P.I. Manairissu e Wasusu existem auxiliares (trabalhadores braçais) que são em grande parte os responsáveis pelo gado existente.

Quanto aos veículos que servem aos postos, um levantamento cedido por funcioário da DR na época da visita, discrimina marca e estado de conservação:

Manairissu	Pick-Up Toyota	em reparo
"	Caminhão Ford	roubada
Wasusu	Pick-Up Toyota	regular
Alantesu	Pick-Up Toyota	ruim
"	Camioneta Ford F.100	bom
Mamainde	Camioneta Ford F.4000	ótimo (1)

Foram visitados na área Indígena do Vale do Guaporé o P.I. Alantesu e a Aldeia Waiksu, o P.I. Wasussu, o P.I. Mamainde e a Aldeia Cap. Pedro.

(1) Relação de veículos da 15ª DR - anexa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO DO INTERIOR
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI
 DIRETORIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

P.I. Alantesu e Aldeia Waiksu

Segui para o P.I. Alantesu aproveitando carona de uma F.4000 que se deslocava para a aldeia com o objetivo de apanhar um doente e transportá-lo até Vilhena, já que não existia naquele momento nenhum veículo na área.

Felizmente a F.4000 quebrou no caminho e trocamos de viatura com os mecânicos, seguindo de Toyota para o P.I. Alantesu. Digo felizmente porque a criança doente residia na Aldeia Waiksu, cerca de 20 km da sede do P.I. A estrada de acesso ao P.I. é boa e atravessa trechos das fazendas Estrela e Sorana, mas a estrada de ligação entre a sede e a Aldeia Waiksu, que também atravessa uma fazenda, achava-se em péssimo estado, exigindo inclusive a reconstrução de uma ponte. Na ausência do Toyota teria sido impossível chegar à Aldeia Waiksu.

Este episódio ocasional traduz a impressão geral que tive do atendimento às aldeias Alantesu e Waiksu.

Descrevo em linhas gerais as 2 Aldeias, apresentando as observações colhidas em curta estadia (2 dias), e informações de funcionários na área, enfermeiras das 2 Aldeias. Com o chefe de Posto (no P.I. desde 83) e com a professora (a partir de janeiro/86) conversei brevemente já que ambos estavam sendo transferidos para outro posto e naquele momento realizavam a mudança.

A Aldeia Alantesu

Os indígenas residem todos em uma aldeia a uma centena de metros da casa do Posto, escola e enfermaria. A Aldeia é circular e as casas de madeira foram construídas no ano passado. (executado relatório Polonoroeste).

Os Alantesu caçam, pescam e coletam ausentando-se do Posto por até 15 dias. Usam arcos e algumas espingardas. Da última vez que saíram para caçar somente ficou na Aldeia uma família para cuidar do gado.

A Funai introduziu além de cabeças de gado, alguns cavalos. Existem cercas, arceios e carroça. Tive a oportunidade de observar índios jovens montando cavalos e tratando de bezerro.



Algumas famílias Alantesu criam também galinhas e porcos nas proximidades de suas casas; porcos nativos e cachorros são cuidados como animais de estimação, sendo que somente os últimos tem aspecto doentio, cobertos que estão de feridas.

A Funai apoia a agricultura com ferramentas e orientação. Cultivam produtos tradicionais e também arroz e feijão em roças próximas. Possuem armazém (antiga casa do Posto) onde além dos grãos, são guardadas ferramentas, o motor de popa do barco, etc...

O Pomar é apreciado "eles não deixam nem os frutos madurar" e está localizado ao lado da casa do P.I., contando com o auxílio dos indígenas para sua conservação. Um micro trator é manejado pelos índios Quento e André "que limpavam a roça de feijão e roçaram o pomar".

Como outros indígenas do Vale, os Alantesu falam pouco o português e usam roupas irregularmente. Não tem qualquer fonte de renda; o artesanato não é vendido sendo fabricado para o uso da comunidade. Realizam trocas ocasionais (bananas geralmente) com moradores da fazenda Estrela.

São 15 os alunos da escola, todos da Aldeia Alantesu, sendo 3 adultos. As aulas são diárias no período da manhã. "Os adultos José, André e Quento sabem todas as vogais e o numeral até 5".

Os trabalhos de pré-escola incluem "coordenação motora, desenhos livres e noções de higiene, etc..; as crianças recebem também merenda escolar". (informações da professora)

Aldeia Waiksu

Os indígenas da Aldeia Waiksu são atendidos por uma enfermaria equipada e por enfermeira residente no local.

Sendo um subgrupo distinto dos Alantesu, mantêm com estes uma relação por vezes tensa, dependendo portanto de um atendimento volante por parte do chefe do P.I. e da professora, não frequentando o P.I. (Al. Alantesu) com regularidade.

A Aldeia está localizada junto da enfermaria e apenas uma família (capitão Ramão) reside mais afastada.

Existem 2 casas de madeira com teto de eternit e as outras são



de materiais tradicionais combinadas com restos de madeira.

Por ocasião de minha visita, os indígenas mostraram-se tensos e arredios. A mãe da criança doente relutava em seguir com ela para Vilhena, alegando que o sacolejar do carro provocaria a morte da criança. Assustados e indecisos, foram necessárias horas de negociação até que os pais e a criança seguissem para Vilhena.

Com certeza este comportamento é resultado do fato da reduzida Aldeia Waiksu ter perdido 3 de suas crianças em 1986.

As informações da Casa do Índio em Vilhena são as seguintes:

- 1- Rosinha Waiksu - nascimento 20/10/83 - óbito 30/1/86
causa: insuficiência respiratória
- 2- Recém-nascido Waiksu - nascimento 28/11/85 - óbito 20/2/86
causa: desnutrição
- 3- Maiare Waiksu - nascimento 12/06/85 - óbito 20/1/86
causa: asfixia.

Até maio de 86, tinham sido registradas 09 mortes em todas as áreas Nambiquara, sendo 3 de indígenas idosos. Alarmante a situação dos Waiksu. Sabemos que a partir de 80 foram registradas na Al. Waiksu 8 crianças, destas, 3 morreram em 86.

As condições gerais da Aldeia são bem precárias, e as mortes podem estar ligadas a subnutrição.

Fui informada de que só existe uma roça na Aldeia, e que as ferramentas agrícolas disponíveis não são utilizadas. Segundo o agrônomo que supervisiona as roças no Waiksu, existem poucos homens, comprometendo a alimentação do grupo.

Quanto à caça, os indígenas utilizam o arco, existindo apenas 1 espingarda. Apenas duas famílias se ausentam por cerca de 10 dias, e a pesca não é farta.

De criação, existiam galinhas, algumas obtidas na serraria da fazenda, que foram todas comidas. Não existem porcos, gado ou animais de transporte.

As mudas do pomar chegaram a aldeia, foram plantadas pela enfermeira mas não vingaram.

As visitas do chefe de posto eram bastante irregulares. Perguntei a ele o porque de não existir um acompanhamento maior da Funai para a Aldeia Waiksu, e fui informada de que a cota de combustível

não era suficiente.

Também sintoma de falta de assistência, é a frequência com que os indígenas da Aldeia Waiksu "visitam" a fazenda Sorana, nas proximidades.

Alguns indígenas passam ali por vezes o dia inteiro, convivendo com colonos e executando serviços como rachar lenha ou carpir. Por esses serviços recebem açúcar ou óleo, e as vezes um prato de comida.

Conclusão

Inexplicável disparidade no atendimento de duas aldeias que distam apenas 20 km, em um P.I. onde são assinaladas 2 viaturas e animais de transporte.

É necessário, urgente levantamento das condições gerais de saúde do grupo, verificando a hipótese de sub-nutrição. (A última visita da E.V.S. - Equipe Volante de Saúde, foi registrada em setembro de 1985)

Estudo da situação de caça e pesca no território Waiksu.

Apoio a agricultura e incentivo a criação de galinhas e porcos. Os trabalhos de acompanhamento destas atividades devem ocorrer regularmente, indo a Funai até a aldeia e não ao contrário.

O mesmo se aplica ao setor de educação.

Para tanto, é prioritário que a estrada de acesso a aldeia nos seus 20 km seja mantida em bom estado.

Se por um lado os indígenas da aldeia Waiksu chegam a trabalhar na fazenda Sorana em troca de itens de alimentação, os indígenas da aldeia Alantesu, tão bem assistidos, também pagam seu preço. Note-se que toda estrutura física e pessoal (3 funcionários) estão colados à aldeia, impedindo uma privacidade cultural mínima ao grupo.

Não se justifica que tendo sido construídas residências para os índios na aldeia Alantesu não tenham sido feitas mais afastadas do Posto Indígena. Mais grave no entanto é que se destinem verbas para construções sem que se garanta combustível (como alegou o chefe do Posto Indígena) e a manutenção da estrada de acesso à aldeia Waiksu.

Neste contexto é ilustrativa a falta de prioridades na aplicação das verbas o quadro abaixo:

	ALDEIA ALANTESU (P.I.)	ALDEIA WAIKSU
PESSOAL	84.160	25.621
OBRAS	Construção escola e reformas 42.169	Reforma enfermaria 7.410
	Construção residência índios 11.529	
EQUIPAMENTO	Reforma Toyota 10.000	
	Compra motor de popa 21.960	
PECUÁRIA	Construção estabelecimento/curral 9.000	-
AGRICULTURA	23.312	12.000
EDUCAÇÃO	3.000	-
SAÚDE	2.000	2.000
SUB-TOTAL	207.130	47.031
TOTAL	254.161	

Estes dados constam do Relatório Polonoeste 85/86 no executado.

P.I. Mamainde: Aldeia Negarote
Aldeia do Gato
Aldeia C. Pedro

Segundo David Price em a Sociedade Nambiquara (pg.72), "... os habitantes do rio Cabixi-Piolho são coletivamente chamados Mamainde, apesar da objeção do povo do Piolho...", falam um dialeto Nambiquara do norte e deste grupo são os menos aculturados.

Acesso

O P.I. Mamainde dista cerca de 111 km de Vilhena, 92 km pela BR e 19 por estrada de terra em boas condições.

O chefe de posto da área dispõe de uma F.4000 em bom estado. Atende à população Negarote cuja aldeia está próxima ao P.I., escola e enfermaria e a duas outras aldeias - Al. do Gato e Cap. Pedro do Grupo Mamainde.

As duas últimas aldeias mantêm estreitos vínculos; moravam todos na Al. do Gato e posteriormente alguns mudaram-se para a Al. Cap. Pedro.

Existe estrada ligando o P.I. a Al. do Gato cerca de 30 km percorridos em 1 hora. Em 1985 a estrada foi reformada durante a estação chuvosa e em maio de 86 estava em estado precário. A aldeia do Gato também tem acesso à BR, por estrada de cerca de 30 KM.

É possível seguir 24 km a pé por uma trilha que liga as duas aldeias Mamainde, caminho frequente dos indígenas. Por razões geográficas não é possível construir uma estrada ligando estas duas aldeias.

O acesso por veículo à Al. Cap. Pedro se dá partindo de Vilhena e percorrendo a BR por cerca de 35 km, tomando a seguir estrada de terra por mais 45 km. É necessário a utilização de carro de tração como o Toyota, pois a condição da estrada é precária.

Area Indígena

Os indígenas atendidos pelo P.I. estão envolvidos em trabalho de fiscalização de seu território atual.



As estreitas picadas que definem a reserva foram reavivadas pelos indígenas. Em 85, a Al. Cap. Pedro conservou cerca de 85 km de picada do marco 123 até o 17. (Vide mapa)

Aldeia Negarote

Estive apenas um dia com os índios Negarote, que por ocasião da minha chegada já estavam preparados para uma caçada junto com o chefe de Posto. A Atividade de caça é altamente valorizada pelo grupo, bastante frequente e farta. Apenas 2 mulheres permaneceram no P.I.

Quanto à criação, galinhas foram introduzidas mas os indígenas não estão acostumados com a atividade.

O gado existente foi transferido, já que os Negarote o consideravam animais de branco ou do posto.

Bons resultados foram obtidos com a compra de jumentos (8), que mais mansos do que os burros, são bem aceitos e utilizados no transporte da borracha.

Todos os indígenas homens, dedicam-se à extração da borracha ocasionalmente, quando desejam adquirir artigos tais como munição, pano, pilhas e açúcar.

Em 1985, a 15ª DR registrou uma produção de 5.716,5 kg nas 3 aldeias.

Por iniciativa do chefe de posto, um conhecedor das técnicas de extração da borracha foi convidado a visitar a área, constatando a necessidade de orientar os indígenas, pois as técnicas usadas só não comprometem as seringueiras porque a atividade é irregular.

O artesanato indígena é comercializado em Vilhena pela enfermeira Gigi que trabalhou anos com estes grupos.

Servindo-se às vezes de conhecidos em São Paulo, são vendidos colares e pulseiras (trabalho feminino) que permitem às índias a compra de artigos desejados, mantendo assim um equilíbrio relativo entre os dois sexos. Segundo o antropólogo Paul Aspelin, no início dos anos 60, missionários do Summer Institute of Linguistics (SIL), vendiam ocasionalmente vários tipos de artesanato Mamainde, produção esta que posteriormente passou a ser comercializada pela Funai (1)

(1) The antropological analysis of tourism.

Indirect tourism and Political economy in the case of the Mamainde of Mato Grosso, Brasil - 1977

Paul Aspelin atribui enorme importância a esta atividade a que dedicou um vasto estudo. (*)

No momento a Funai não possui um trabalho de incentivo e comercialização para esta e outras áreas, mas está sendo planejado junto à assistente social.

Note-se que a partir de 1965 o missionário linguista do Sil, Sr. Peter Kingston, passa a conviver com os Mamainde. Em 75, trabalhava na aldeia Pifano e permaneceu na área até provavelmente o ano de 1978.

Dominando fluentemente este dialeto Nambiquara do Norte, o missionário alfabetizou os indígenas na língua nativa.

Temos portanto nesta área monitores que prestariam precioso auxílio ao setor de Educação.

Os indígenas nutrem grandes expectativas quanto ao funcionamento da escola, ensino de matemática e português. (1)

Aldeia Capitão Pedro

Nos dias 16 e 17 de maio, encontrei nesta aldeia temporariamente reunidos os índios Mamainde que residem no Capitão Pedro (23 indígenas) e os moradores da aldeia Gato (56 indígenas).

O problema mais urgente são as relações com a fazenda Marimoto que faz limite com a reserva indígena. Foram deixadas pelo proprietário 70 cabeças de gado na área, já tendo expirado o prazo de retirada, acertado entre a Funai e a Fazenda.

Os indígenas Mamainde mostraram-se altamente receptivos. Por intermédio dos líderes que falam português com razoável fluência, enu

(*) External articulation and domestic production: the artifact trade of the Mamainde of Northwestern Mato Grosso, Brazil.
Ithaca N.Y.

(1) Projeto para Normalização da situação Nambiquara
D.Price, 22/janeiro/1975.

Diário

mostraram suas atividades e necessidades verificando que elas estivessem corretamente anotadas.

Dedicam-se à caça, coleta e agricultura. Estava sendo feita uma grande derrubada onde seriam plantados arroz, mandioca, cará, etc.. Posteriormente, toda turma seguiria para a aldeia do Gato para lá também fazer uma roça. Mencionaram a possibilidade de comercializar o excesso de produção que desejavam obter.

Não existe criação de animais voltada à alimentação. Os burros são bem aceitos e usados no transporte de borracha, assim como as carroças. No momento reclamam da ausência de cangalhas e arreios.

No que diz respeito a suas necessidades foi enfatizado o desejo dos indígenas de possuir uma escola e também um chefe de posto. Quanto ao chefe de posto, insisti sobre os motivos desta demanda já que o grupo estava motivado por várias atividades e demonstrava uma sadia autonomia. Foi alegada então a necessidade de existir uma viatura disponível na aldeia, associando-se diretamente o chefe de posto à existência de transporte.

Também foi mencionado o desejo de que seja introduzida a pecuária na aldeia Capitão Pedro, já que existem pastagens e curral.

Prioridades

- Manutenção da estrada de acesso às aldeias Capitão Preto e Gato.
- Retirada do gado da fazenda Marimoto de dentro da Área Indígena.
- Fiscalização dos limites da Área Indígena
- Extensão das atividades no Setor de Educação às Aldeias Cap. Pedro e Gato.
- Estudo da conveniência em se introduzir a criação de gado na Aldeia Cap. Pedro.

Embora os indígenas do Capitão Pedro tenham expressado o desejo de que ali exista um Posto Indígena nem seus argumentos nem a situação geral encontrada indicam a necessidade de que ali se estabeleça permanentemente um funcionário da Funai.

Um trabalho de atendimento volante e regular poderia suprir as carências mencionadas. Restaria ainda equacionar a questão do transporte. Os índios apontam a necessidade de existir um veículo disponível, para o atendimento das Aldeias Cap. Pedro e Gato.

De qualquer modo, a Funai deve estudar com atenção este caso, verificando se existem outros itens, que justifiquem a implantação de mais um Posto Indígena, que podem não ter sido observado nesta curta estadia.

Acesso

Cerca de 270 km por uma estrada nova, parcialmente construída pela Funai em 85 - em substituição ao antigo acesso que atravessava a fazenda São Miguel. Atualmente percorre-se 3:30min. pela BR e 2 horas por estrada de terra.

O estado geral é ruim sendo necessária a utilização de veículo de tração - Toyota. (Relatório Polonoroeste 85/86 - executado. Recuperação de estradas - Nov/Dez.85 e Fev.86)

Área

Assinalado-mal entendido quanto aos limites da fazenda São Miguel, a questão foi encaminhada a 15ª DR, e está sendo solucionada. Os indígenas estão envolvidos na fiscalização da área.

As informações foram obtidas em conversas com alguns indígenas, a enfermeira do P.I., que assumira a função de chefia do Posto, e com o trabalhador braçal.

A população de 54 indígenas Wasusu e 2 Hahaintesu atendidos sofreu algumas alterações. No levantamento populacional de 12/85 da 15ª DR é apontada apenas uma aldeia que a 16/maio/86 achava-se dividida em 2 grupos hostis.

O rompimento em duas facções, resultou de disputa pela menina Nana, filha de Florença e Jorge Hahaintesu. Não são incomuns tais desentendimentos já que os casamentos definem redes de aliança, sobrepondo interesses diversos. No caso citado não foi encontrada uma solução conciliatória entre os indígenas Jorge, Etreca e Yeru Wasusu, e Etreca acabou sendo assassinado em setembro de 85.

Jorge seguiu para o P.I. Manairissu, junto de seu grupo original. Os Wasusu a ele ligados, Waioko, Pedro e Assegu, com suas famílias, deslocaram-se para as proximidades da antiga sede da Fazenda Guanabara dentro da área indígena, cerca de 4km do P.I. e para uma maloca na mata a uns 6 km.

Com exceção de Assegu, são agora considerados inimigos e não mais podem se aproximar do território de Yeru e dos outros, que coincide com o local da enfermaria e escola.

Estrutura

O veículo do posto tem permanecido em Vilhena desde o desligamento do chefe do P.I. (janeiro de 1986).

Foram construídos barracão-garagem (Relatório Polonoroeste 85/86-executado), uma escola (idem) e Galpão máquina de beneficiamento de arroz (idem).

Existe um micro-trator que está em Vilhena para conserto. Os índios Tiago e Sansão afirmam ter aprendido a lidar com este equipamento.

A Funai introduziu na área a pecuária. São 13 cabeças, curral e pastos adequados que distam cerca de 3 km do P.I. O gado é manso e segundo o trabalhador braçal, ele recebe auxílio dos indígenas para tratar do gado sendo que o índio Paulo sabe ordenhar.

O cavalo e éguas (Relatório Polonoroeste 85/86-executado agosto 85) não são ainda utilizados. Os indígenas não aprenderam a montar e a colocar os arreios e sela disponíveis. Também a carroça não tem utilidade.

Quanto à criação, muitos dos índios criam galinhas e uns 20 porcos são mantidos em pocilga.

Atividades

Os índios Wasussu dedicam-se à caça, que é farta, e coleta. Cultivam também produtos tradicionais em roças próximas. No ano passado plantaram arroz e a produção foi ensacada e guardada. Este ano foi feita roça coletiva de feijão por iniciativa do P.I.

Existe pouca demanda por produtos industrializados. Fazem artesanato para uso da comunidade, sem visar a comercialização.

Escola

A escola foi construída em 1985 e funciona há 2 meses sem possuir ainda programa definido.

Note-se que existiram missionários trabalhando junto com os Wa

susu. Em 1975, é assinalada a permanência com este grupo, do missionário Edwin Petersen do South America Mission. É possível que este seja o mesmo missionário conhecido por Eduardo, que é bastante estimado pelos indígenas e ocasionalmente realiza visitas aos Wasusu.

A firme atuação da 15ª DR no sentido de retirar os missionários que residiam nas áreas indígenas, muito contribuiu para a valorização da cultura Nanbiquara e de suas práticas religiosas. No entanto, dado que alguns missionários, como o Sr. Eduardo, dominam com fluência dialetos Nanbiquara, seria benéfico ao setor de educação manter contato com estes missionários obtendo desta forma, material e auxílio para o aprimoramento de seus professores.

Prioridades

- Manutenção da estrada de acesso, e estudo da necessidade de estrada até a aldeia nova.
- Fiscalização - programa de reavivamento de trilhas e envolvimento dos indígenas.
- Saúde - atendimento móvel e regular para a aldeia nova, trabalho de entendimento entre os grupos visando caracterizar a enfermaria como território neutro.
- Educação - Plano de trabalho e atendimento móvel e regular para as duas aldeias.

ÁREA INDÍGENA SARARÉ

Definida pela portaria 1127/81, a A.I. Sararé é a mais afasta da de Vilhena, ficando a cerca de 60 km de Pontes e Lacerda.

A planta de demarcação datada de 30/12/83 indica área de 67.419.5158 ha e perímetro de 131.842,03 m no Município de Pontes e Lacerda, estado do Mato Grosso.

Trata-se de uma área indígena isolada, cercada de fazendas em bora abrigue uma população indígena Nambiquara do vale, que mantém relações com os demais grupos residentes na A.I. do Vale do Guaporé.

Até 1982 a população do Sararé era composta de 43 indígenas remanescentes dos grupos Katitauru (predominante), Qwalitsu, Kaluhwaisu e Waihlatsu. Nesta época eram assistidos por uma enfermaria e pelo chefe do P.I. Manairissu, em caráter volante.

Em 1983, foi criado o P.I. Sararé para atendimento exclusivo desta população. Segundo levantamento populacional da 15ª DR de 12/85, o P.I. atende uma população de 55 indígenas, todos registrados como sendo Katitauru e assim distribuídos:

Aldeia	Pop.	
Sararé - (Domingos)	16	4 km da sede do P.I.
Al. Campo - (Américo)	24	sede do P.I.
Al. Atoleiro	<u>15</u>	8 km da sede do P.I.
	55	

Acesso-

Substituindo a estrada que atravessava a fazenda Sapé, foi construída uma nova por dentro da reserva, passando próximo à Aldeia Atoleiro (que dista 2 km da BR 364).

As observações aqui apresentadas são fruto de visita realizada em julho de 86, de dados fornecidos pela enfermeira na área desde 83, e conversas com indígenas. Infelizmente não nos foi possível falar com o auxiliar de ensino que estava em Vilhena, atendendo reunião do setor de educação, e com o chefe do posto em férias.

Os graves problemas causados pelo grupos invasores Florêncio

Bonito e Sapé Agropecuária S.A. já citados em relatório anterior, estão sendo resolvidos. Ficou acertado em 1985 a retirada do gado da Fazenda Sapé de dentro da área indígena. Quanto aos garimpeiros que são transportados para a serra em grande número representando perigo de invasão, o avião de abastecimento não tem sido visto so brevoando a área.

Os indígenas Dito e Bilo que falam um pouco o português, afirmam conhecer as trilhas que marcam os limites da reserva.

É recomendável no entanto, constante vigilância, pois permanece um clima de tensão na área.

Ilustro a situação tomando por exemplo o desaparecimento da in dia Joana, que foi anotado no levantamento populacional de 12/85. Sua reconstituição mesmo precária permite um breve resumo histórico e expõe aspectos da cultura Nambiquara.

Os indígenas hoje chamados Katitauru, como os demais grupos do vale, foram surpreendidos por volta de 1960 pela literal invasão de agropecuárias em seu território tradicional.

Ao mesmo tempo que viam seu habitat transformado pelo desmatamento e pela introdução de pastagem, eram atingidos pela depopulação decorrente de doenças transmitidas pelo contato.

O choque violento sofrido pelos grupos ameaçados física e culturalmente, prolongou-se por anos, dada a relutância da Funai em contrariar interesses econômicos e políticos e garantir terras adequadas aos indígenas.

Neste período foram ignorados aspectos da cultura Nambiquara, entre eles, o facionalismo - "que é generalizado entre os Nambiqua ra sendo cada um dos grupos basicamente hostis, o que muito dificulta o seu deslocamento para áreas pertencentes a grupos distintos".

Sabemos que a 5 de setembro de 1974, a Funai expede o decreto nº 74.515 interditando para efeito de atração a região entre os rios Galera, Sararé e Guaporé. Em projeto apresentado a 22.10.75 o antropólogo D.Price propõe a mudança dos grupos do Sul e do Campo para a área interditada que deveria se transformar em reserva.

"Os Hahaintesu foram mudados no final de 74 permanecendo durante 4 meses e retornando a área de origem após desentendimentos com os grupos do Sararé". (1)

"Os Waiksu foram transferidos em janeiro de 1975. Morrem 4 pes



soas de malária, e se deslocam até a cidade de Vila Bela, onde permanecem cerca de 1 ano. Neste período, realizam-se casamentos Sararé e Waiksu. Os últimos retornam aos Sararé e aos poucos iniciam trajeto de volta à área tradicional (1976)". (2)

Os contatos realizados pelos indígenas do Sararé com os grupos Waiksu e Hahaintesu nos remetem a uma característica básica da sociedade Nambiquara.

"Os Nambiquara mantêm um relacionamento à base de conflitos e alianças. Os vários grupos são potencialmente hostis, mas há necessidade de reaproximação para realização de casamentos, visitas a parentes e troca de produtos". (3)

Verificamos que em 1983, o índio Nilo Katitauru estava casado com a índia Cristina Waiksu e residiam na Al.Sararé. Segundo nos foi relatado, o casal deslocou-se para a Al.Waiksu junto com o índio Tito (irmão de Nilo) para uma visita. Na volta, Cristina e a filha foram raptadas por membros da Al. Waiksu.

Este tipo de procedimento faz parte da cultura Nambiquara. Uma vez estabelecido o conflito, os indígenas acionam mecanismos e atitudes prescritas pela tradição para resolvê-los.

Assim, por volta de janeiro de 1985, os Katitauru procuram a aliança com os Wasusu planejando recuperar a índia raptada.

Durante o percurso, quando os indígenas do Sararé encontravam-se fora da reserva, escutam disparos e assustados fogem dispersando-se. Domingos, chefe da Al.Sararé, desliga-se da mulher e da filha Norubi.

Norubi foi devolvida pouco depois por trabalhadores de uma fazenda próxima, talvez os próprios autores dos disparos, mas Joana, mulher de Domingos, não mais foi encontrada.

As aldeias

O faccionalismo Nambiquara existe igualmente entre aldeias menores.

No caso da A.I. Sararé um clima de hostilidade aparece regularmente entre os indígenas da Al.Sararé e Al.Campo.

Em visita a A.I. que realizei em 1983, pude observar as dificuldades surgidas da relação potencialmente hostil dos 2 grupos.

Nesta época a enfermaria (uma construção de alvenaria composta da casa de enfermeiro, enfermaria e alojamento para doentes) estava instalada a poucos metros da Al.Sararé. Para que o atendimento da E.V.S. (Equipe Volante de Saúde) pudesse se realizar, foram necessárias negociações, pois o grupo da Al.Campo deslocado para a enfermaria, estava de fato invadindo o território do outro grupo.

Atualmente, uma nova enfermaria foi construída na Al.do Campo e a do Sararé foi desativada. O problema permanece. Os indígenas da Al.Sararé por exemplo, evitam permanecer na nova enfermaria para tratamento, pois ela está situada nas proximidades da Al.Campo.

Estrutura do Posto.

Como um todo, os indígenas do Sararé dedicam-se à caça, coleta e plantação de produtos tradicionais. Falam pouco português e apresentam menor demanda de produtos industrializados, se comparados aos Nambiquara do Norte, de contato muito anterior.

Para atendê-los foram contratados 3 funcionários: um chefe de posto, enfermeira e professor.

As construções existentes, casa de chefe de posto, enfermaria e casa de enfermeira, escola e casa de professor, foram feitas todas próximas à Aldeia Campo. Existe um banheiro próximo à escola, e apenas o chuveiro estava sendo utilizado.

Além do apoio dado à agricultura, orientação, ferramentas, etc existe um trator utilizado pelo chefe de posto que instrui o índio Jorge.

Quanto à criação, existem galinhas em pequeno número.

A Funai introduziu também a Pecuária. São 13 cabeças ainda sem estábulo, tratados pelo chefe de posto e pelo índio Américo. Os demais indígenas relutam em se aproximar dos animais.

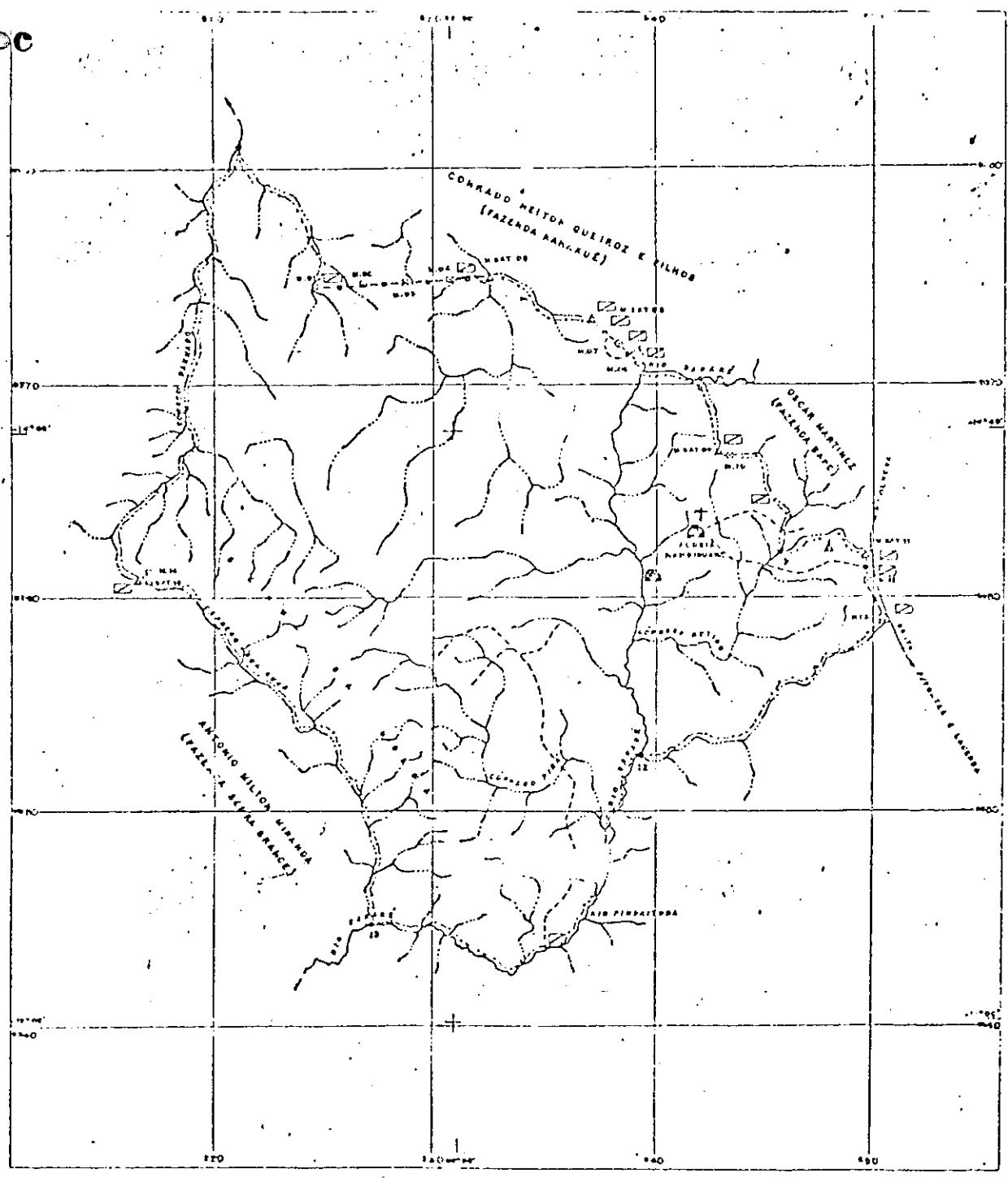
Existem também animais de transporte: burros (2), cavalos (2) e uma carroça. Os animais estavam soltos nas proximidades da escola. Segundo nos informaram alguns indígenas, sabem montar e arrear os animais.

(1) e (2) - Relatório Brasília 13/junho/79
Grupo: Norvaldino Vieira Cruviel, Reinaldo Florindo
A.M. Lage, Silvene de Almeida.

(3) - Relatório Brasília 20/outubro/81
Grupo: M.Helena Amorim, Reinaldo Florindo, Silvene de
Almeida. A. Cecília Cardin, Hildegart Castro.

Prioridades

- Fiscalização de limites; vigilância contra invasões
- manutenção do bom estado na estrada de acesso e entre as 2 aldeias;
- caracterização da enfermaria enquanto território neutro;
- projeto de educação que atenda as 2 aldeias igualmente;
- pecuária - curral;
- trabalho junto aos indígenas para amenizar o receio que estes tem dos animais já existentes.
- que a Funai mantenha contatos regulares com os moradores próximos à reserva no sentido de prevenir a ocorrência de incidentes como o que já foi registrado. (Desaparecimento da India Joana).



SINAIS CONVENCIONAIS

- ALDEIA INDÍGENA
- MALOCA INDÍGENA
- CAMPO DE POUZO DE EMERGÊNCIA
- CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
- CURSO D'ÁGUA INTERMITENTE
- MARCO DE DIVISÃO - PONTOSATÉLITE
- PLACA INDICATIVA
- DIREÇÃO DE CORRENTE
- TERRA INDÍGENA DEMARCADA
- PONTO FOTOGRAMÉTRICO

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DAPI

ÁREA INDÍGENA BANARÉ		DEMARCAÇÃO	
ÁREA	67.419,0156 Ha	PERÍMETRO	131.842,05 m
POPULOS E LACENDA	1 200 000	DATA	30/12/1983
MATO GROSSO	155 DM	PROCESO Nº	1.864 - 18 DL



O atendimento aos indígenas assistidos pela 15ª DR está estruturado em tres níveis.

- 1 - Enfermarias próximas as aldeias
- 2 - Equipe volante de saúde (E.V.S.)
- 3 - Casa do Índio em Vilhena

Enfermarias

Existem 12 enfermarias, onde estão lotados enfermeiros ou auxiliares de enfermagem, que atendem a uma população de 816 indígenas dos grupos Nambiquara e Aikana.

Em relação ao pessoal do Setor foi comentado que os salários estão atrasando e tem valor menor do que o recebido por funcionários do mesmo nível no Estado, causando evasão de pessoal.

Para aprimoramento de pessoal, foi realizado um curso de reciclagem de enfermeiros.

Quanto ao equipamento necessário à estes enfermeiros, foram pedidos microscópios para exame de lâminas de malária em 1985 que não foram adquiridos. Atualmente nenhuma das enfermeiras das áreas indígenas possui este material. (1)

Existe ocorrência de casos de malária nas Áreas Indígenas. O programa de Borrifação da S.U.C.A.M. não está sendo cumprido o que deve resultar no aumento de ocorrência de casos de malária nas áreas Indígenas.

Os equipamentos obtidos em 85 para a enfermaria programada no Veado Preto e Tubarão/Latunde estão na Casa do Índio.

Equipe Volante de Saúde (E.V.S.)

Os trabalhos desta equipe composta por médico, enfermeira habilitada para realizar vacinação e laboratorista, tem se realizado de maneira insatisfatória.

Como norma geral é recomendado a E.V.S. que realize visitas bimestrais às aldeias indígenas, mantendo assim uma assistência regular às populações.

Um cronograma das visitas da E.V.S. previa que a equipe realizasse, no ano de 1986, duas visitas mensais, para atender as quatro áreas indígenas de população Nambiquara e a área indígena Tubarão/Latunde.

Neste cronograma estavam indicados os meses e as duas visitas que seriam realizadas a cada mês nos Postos Indígenas ou Aldeias.

- 1) Os microscópios vem constando das listas de material necessário às enfermarias desde 1982.



O cronograma, no entanto, não estava sendo cumprido. Das viagens planejadas para 1986 até 14 de maio, apenas uma tinha de fato ocorrido, a equipe deslocou-se até o P.I. Mamainde (Aldeia Negarote) e Aldeia do Gato onde foram realizados exames, para trabalho de verminose, e consultas médicas.

Esta paralisação no atendimento volante compromete inclusive as vacinações necessárias a população infantil.

Os motivos alegados para o não cumprimento do cronograma inicial foram:

- A inexistência de viatura própria para locomoção da equipe.
- Atraso nas verbas que estavam sendo liberadas mediante pedido para a Funai após terem sido feitos os gastos.
- Outros problemas financeiros, principalmente o das diárias a serem pagas aos funcionários do Setor de Saúde, que se ausentam de Vilhena onde estão lotados.
- O contrato de trabalho da médica, que atende na E.V.S. e na Casa do Índio, que é apenas de meio período (quatro horas).

Casa do Índio

A Casa do Índio é responsável pelo atendimento médico aos indígenas atendidos pela 15ª Delegacia e pelo encaminhamento de doentes graves a outros hospitais. Possui prédio adequado com quartos e leitos, refeitório e equipamentos.

Existe um galpão onde ficam alojados os familiares, que acompanham os doentes, e um prédio com salas para a administração e Sedec recém construídos.

Roças, pomar e outras atividades estão sendo iniciados com o objetivo de permitir que as famílias dos doentes tenham alguma ocupação. Foi comprado inclusive um trator (polonoroeste 85/86 executado).

O surgimento de um grande número de moscas, que penetravam no refeitório e demais dependências da Casa do Índio, causado pelo funcionamento de matadouro na vizinhança, está sendo resolvido com a instalação de telas nas janelas da Casa do Índio.

Informações consistentes a respeito de incidência de doenças e tipo

de tratamento assim como registros de nascimentos atualizados não estavam disponíveis. Tais dados naquele momento achavam-se fora da Casa do Índio e não foi possível encontrá-los.

Óbitos

P.I. Tubarão/Latunde - Al. Latunde

Jocelia Latunde, nasc. 18.12.85, filha de José Latunde e Lurdes Latunde, óbito 14.01.86 - Malária.

P.I. Kithaulhu

Al. Campos Novos - Adriana Kithaulu, nasc. 09.04.85, filha de Jonas Kithaulu e Rosalina, óbito 06.02.86 - Bronco Pneumonia.

Al. Camarare, Natália Kithaulu, nasc. 25.12.85, filha de Benjamin Kithaulu e Debora Kithaulu, óbito 14.01.86 - Bronco Pneumonia.

Al. Campos Novos, Suzana Kithaulhu, aproximadamente 70 anos, óbito 10.04.86.

P.I. Nambiquara

Al. Branca, Berenice Sawentesu, nasc. 1920, óbito 23.01.86

Al. Funilão - Rute Halotesu, nasc. 1904, óbito 22.01.86

P.I. Alantesu

Al. Waiksu, Rosinha Waiksu, filha de Ana, nasc. 20.10.83, óbito 30.01.86 - Insuficiência respiratória.

Al. Waiksu, recém-nascido, nasc. 28.11.85, óbito 20.02.86 - desnutrição.

Al. Waiksu, Maiara Waiksu, nasc. 12.06.85 filha de Pedro Waiksu e Ana Alakatesu, óbito 20.01.86 - Asfixia (veja P.I. Alantesu, Aldcia Waiksu).

Prioridades

- Contratação de médico em período integral. Foi solicitada a contratação no projeto Polonoroeste ano base 85/86, de mais um médico, que possibilitaria o atendimento à população Rikbatsa, que futuramente será

atendida pela 15ª DR. (até maio a transferência desta população para a assistência da 15ª DR ainda não tinha sido realizada).

- Contratação de auxiliar de higiene dental.
- Viatura disponível para a E.V.S. (ver anexo viaturas).
- Aquisição de microscópio para as enfermarias e treinamento de pessoal na sua utilização

- Elaboração de relatório onde conste o número de indígenas atendidos e as doenças mais frequentes. Estes dados permitiriam indiretamente avaliar que tipo de atendimento médico está sendo dado pelo setor nas áreas indígenas, ou melhor se existem ou não casos que poderiam ser tratados nas aldeias e estão sendo enviados para a Casa do Índio. Ao mesmo tempo as doenças mais frequentes poderiam merecer um tratamento preventivo, com este fim o Setor de Saúde e o Setor de Educação, deveriam trabalhar juntos.

- A participação de indigenistas e enfermeiras com larga experiência no setor de saúde e conhecimentos da cultura Nambiquara muito auxiliariam na elaboração de uma política de saúde preventiva.

- Manutenção de estoques mínimos de medicamentos essenciais.
- Aquisição de cadeira específica para atendimento odontológico.
- Agilização na compra de instrumental e materiais necessários.
- A instalação de um telefone na Casa do Índio.
- Início de atividades no Setor de Educação que envolvam os familiares dos doentes que permanecem na Casa do Índio durante o tratamento destes.

É prioritário que o Setor de Saúde mantenha a E.V.S. visitando regularmente as Aldeias e atendendo sempre preferencialmente nelas.

EDUCAÇÃO

É essencial que a Educação indígena seja encarada como atividade prioritária, receba apoio e verbas para cumprir seu papel, fornecendo subsídios aos indígenas, de maneira a permitir que estes façam suas opções de modo livre e consciente.

Descrevo brevemente a estrutura disponível no setor de educação, a distribuição do pessoal lotado e alguns dados gerais que expõem as dificuldades encontradas até aqui pelo setor.

Estrutura

Todos os 8 postos indígenas Nambiquara possuem escola construída, materiais diversos e acomodações para professores.

Pessoal

O quadro abaixo indica os P.Is., o nome do professor ou auxiliar de ensino e a data de admissão. Estes dados constam de lista elaborada pela 15ª DR de 02/05/86, relativa a pessoal PIN/POLO(I). Anexa. Ao lado, foram anotadas as observações realizadas durante a visita aos postos (II).

Casa do Índio	M.Clara M.	6/83	- coordenando reunião de professores que estava sendo realizada em Vilhena
P.I. Aroeira	J.Francisco	1/86	- sem professor
P.I. Kithaulhu	M.Aparecida	6/85	- em Vilhena atendendo a reunião
P.I. Nambiquara	Ana Maria	9/82	- escola em-funcionamento
P.I. Mamainde	Osni	2/84	- sem professor
P.I. Alantesu	Lurdes	1/86	- professor sendo transferido da área para o P. I. Aroeira por motivos pessoais
P.I. Manairissu	Christina	11/85	- professor na função de chefia de posto
P.I. Wasussu	-	-	- prof.Francisco atendendo reunião em Vilhena
P.I. Sararé	Antonia	3/86	- prof.atendendo reunião em Vilhena

A reunião de professores ocorrida em Vilhena, buscava avaliar e estabelecer diretrizes para o trabalho no setor de educação.

Infelizmente não foi possível presenciar o funcionamento das escolas a não ser no P.I. Nambiquara. As informações obtidas foram de conversas com alguns professores em Vilhena.

Dados Gerais

Pessoal Lotado

1 - Quadro de pessoal foi recentemente formado:

Apenas a coordenadora e a professora do P.I. Nambiquara têm mais de 3 anos de trabalho na área, conhecem elementos da língua Nambiquara, e têm experiência com educação junto aos índios Nambiquara.

2 - Nenhum funcionário do setor domina um ou mais dialetos Nambiquara. O aprendizado de uma língua tonal é extremamente árduo. O material disponível não dá conta de todos os dialetos e mesmo quando existe um vasto material para estudos, os termos usados exigem uma iniciação em linguística. Este é, por exemplo, o caso de "Aspectos da língua Nambiquara" de Barbara Kroeber, uma cartilha do Summer elaborada com material recolhido de 1970 a 1977 na Aldeia Serra Azul.

3 - Existe uma grande heterogeneidade na formação do quadro de funcionários do setor, tanto de nível como de experiência junto a comunidades indígenas.

Áreas Indígenas e Aldeias

- Apresentam diferentes níveis de contato sócio/econômico com a sociedade envolvente.

- Distintos graus de utilização e conhecimento de portugueses. Embora seja de se notar que mesmo na área indígena Pirincus de Souza, onde o uso do português é antigo e frequente, os indígenas desconhecem as linhas gerais que estruturam a língua resultando em frequentes confusões. Por exemplo o uso do feminino e masculino, que na língua nativa é indicado de maneira diversa do que em português, é constantemente confundido.

- A existência, em algumas áreas, de indígenas que foram alfabetizados em seu dialeto e em português.

Nestas áreas estes monitores indígenas bilingües desempenham um papel fundamental.

- Existência de dialetos ainda não estudados por linguistas, particularmente o Sabane que difere em maior grau de todos os outros.

Dois problemas centrais devem ser resolvidos pelo Setor de Educação:

atendimento imediato de todas as aldeias, que responde às expectativas e necessidades das populações indígenas;

aprimoramento de pessoal.

- Toda a avaliação das áreas indica necessidade de urgentemente se implantar um atendimento na área de educação. Dadas as dificuldades do desconhecimento da cultura e língua Nambiquara pela maioria dos professores, seria recomendável a formação de equipes de professores que atendessem diversas aldeias por curtos períodos, e que envolvessem funcionários de outros setores.

Inicialmente os temas tratados poderiam estar ligados a Saúde, e atividades recém-introduzidas nas comunidades, assim como informações a respeito de outros povos indígenas e sobre o funcionamento da sociedade envolvente.

Para este trabalho deveria ser garantido transporte e verbas suficientes para aquisição de materiais variados principalmente áudio-visual, gravadores, slides, projetor, etc.

- É necessário adquirir material para aprimoramento dos professores tanto etnológico como linguístico, e garantir o estudo de linguistas para os dialetos ainda não estudados.

A Funai deve apoiar reuniões de professores criando oportunidades para encontros com linguistas, monitores bilingües, e indígenas conhecedores da cultura Nambiquara.

1 - Continua sendo prioritária a fiscalização das áreas Indígenas constantemente ameaçadas de invasão, para tanto é necessário o posto de fiscalização, P.V. Araputanga, assim como equipe móvel que percorra regularmente os limites das reservas, reavivando trilhas, fiscalizando marcos e placas. O envolvimento das populações indígenas nestas atividades é recomendável, contribuindo na redefinição de seu território, agora limitado pelas reservas.

A implantação do posto de vigilância Araputanga é mencionada no relatório ao Polonoroeste 85/86, executado

- Casa do Índio - Item fiscalização e vigilância
- Construção da casa P.V. Araputanga, e item equipamentos

2 - As reservas Nambiquara já possuem um bom número de postos, enfermarias e escolas, e um amplo quadro de funcionários com boas condições de permanência nas áreas.

Necessário seria relacionar o pessoal lotado na 15ª DR. As informações no entanto são desconhecidas. Os Quadros abaixo foram montados com dados fornecidos por duas listagens da Funai.

A fonte I dá conta dos funcionários do pessoal PIN/Polô, claramente apresentando os nomes, data de admissão, função e salário no 2º trimestre de 86. (anexo I).

A fonte II é uma relação de funcionários segundo regime adotado, orçamentário ou PIN/Polô, cargos existentes e carentes. São foram utilizados os dados de pessoal existente. (anexo II).

FONTE I		
	PIN/POLO	
	existentes	vacancias
Postos (9)		
Chefia	1	4
Saúde	12	-
Educação	7	-
Aux. Serviços	1	-
Sub-Total	21	4
Sede 15ª DR	17	1
Casa do Índio	17	1
Total	55	6
		61

FONTE II				
	PIN/POLO existentes	ORÇAM.	SEM ESPEC.	TOTAL
Postos (9)				
Chefia	1	2	-	3
Saúde	10	1	2	13
Educação	6	-	1	7
Aux. Serviços	-	4	-	4
Sub-Total	17	7	3	27
Sede 15ª DR	22	7	2	31
Casa do Índio	5	3	-	8
Total	44	17	5	
66				

Uma terceira fonte também foi verificada. Trata-se de relatório ao Polonoroeste Exercício 1985/86, da 15ª DR, discriminando Postos, sede e cada do Índio, total executado. Infelizmente ao chegar à área fui informada de que o relatório que eu dispunha, que dava o executado de Junho de 85 a Novembro de 85, sendo que os meses de dezembro a março previstos, tinha sido alterado. Obtive então um xerox do novo relatório. Nesta segunda versão Polonoroeste Exercício 85/86 é que constam os itens apontados como Polonoroeste 85/86 nos textos precedentes.

A terceira fonte informava quanto ao pessoal Lotado PIN/POLO i tem pessoal contratado a existência de 25 funcionários nos postos indígenas, 27 na sede e 2 na casa do índio.

Dada as diferenças apresentadas nas três fontes ficou difícil calcular o número de Funcionários a serviço da 15ª Delegacia.

Se tomarmos por base a Fonte II que embora seja menos detalhada do que as outras aponta os funcionários tanto do PIN/POLO como do orçamentário teríamos um total de 66 funcionários.

O que significa uma proporção de 1 funcionário para cada 12 indios já que o número total de indígenas atendidos é de 816, sendo 27 funcionários nas áreas indígenas e 39 em Vilhena.

Em maio/86 os funcionários da 15ª Delegacia estavam em clima de tensão em parte devido aos atrasos na liberação de verbas do Polonoroeste, e em parte pelas transformações em curso na própria estrutura da Funai.

Os funcionários da Funai, segundo informações obtidas, notadamente nos setores de saúde e educação recebiam salários mais baixos do que os pagos a funcionários do Estado, nas mesmas funções. Tal situação gerava descontentamento e evasão de funcionários dificultando a formação de um quadro de funcionários estável e bem preparado.

Somado aos baixos salários a interrupção na liberação de verbas do Polonoroeste representou, naquele momento, um atraso nos pagamentos e enormes dificuldades para funcionários principalmente os lotados nas áreas indígenas no setor de saúde.

Em suma as informações colhidas indicam uma alta proporção de funcionários, em relação aos indígenas atendidos, acompanhada de baixos salários e da existência de um organograma deficiente.

Além disto embora a 15ª Delegacia possua alguns indigenistas, funcionários de grande valor e comprovados serviços prestados a causa indígena, não existe uma política indigenista que oriente a atuação da Funai como um todo.

Comprometimento de ação da Funai dada a ausência de uma política indigenista.

1 - Informação

Não existem relatórios descritivos dos postos com informações sobre as condições atuais de vida, da cultura Nambiquara e das relações dos indígenas com as atividades introduzidas pela Funai, de forma a servir de base para a formulação de uma política Indigenista, que dê sentido à atuação da Funai e estabeleça prioridades.

- Inicialmente deveriam ser verificados:

- O potencial e as condições dos seringais existentes.

Os Nambiquara do Norte têm se dedicado à extração de borracha de maneira mais regular, utilizando técnicas aprendidas com seringueiros na década de 40. Existem indícios claros de que tais técnicas utilizadas de maneira mais intensa comprometem os seringais.

- O resultado de incentivos à pecuária e criação.

Os distintos níveis de aceitação destas atividades devem ser avaliados levando-se em conta também as condições de caça, pesca e coleta nas diferentes áreas, e o atual aproveitamento dos territórios.

O envolvimento destes indígenas com as novas atividades depende em larga medida da existência de um funcionário apto para ensinar os procedimentos necessários às novas atividades.

Este aspecto não parece ter merecido atenção da Funai, que ao que parece pressupõe que os técnicos indigenistas, chefes de Posto, tenham experiência na criação de gado, saibam amansar um cavalo etc. Isto nem sempre ocorre. Os trabalhadores braçais às vezes servem de ponte entre as atividades e os indígenas, ora de fato ensinando aos indígenas ora tomando para si a responsabilidade por estas atividades.

- O aprendizado de alguns indígenas no manejo de equipamentos como trator e máquina de beneficiamento de arroz, implica em uma diferenciação a nível do trabalho que inexistia na cultura tradicio

nal. Torna-se necessário perceber o impacto causado pela criação deste "indígena qualificado", quais as relações dele com a comunidade, e com a Funai.

Foram notadas a existência de trabalho indígena, assalariado (tratorista), pagamento por tarefa executada, cooperação sem remuneração assim como, utilização de trabalhador braçal contratado.

Cabe também definir qual a melhor forma de orientar os indígenas na utilização de tais equipamentos. Neste caso também a Funai pressupõe que o chefe de posto tenha experiência como tratorista e possua por exemplo conhecimentos para orientar a manutenção adequada das estradas.

Deveriam ser avaliados a necessidade real e utilização de inúmeros destes equipamentos. Existem indícios de sub-utilização destas máquinas.

Como exemplo são citados na fonte III a compra de 3 tratores entre junho de 85 e março de 86: P.I. Aroeira (1), P.I. Kinthaulu (1), sede (1); equipamentos para trator do P.I. Manairissu e reforma de trator no P.I. Nambiquara. Na lista de veículos fornecida pela 15ª DR, constam 4 tratores (vide anexo). No mesmo período, são indicadas compras de 5 barcos com motor de popa 15 HP: P.I. Alante su (1), Sarare (2), Manairissu (1), Aroeira (1); que deveriam ser objeto das mesmas considerações. (Fonte III).

Ou seja qual o grau real de necessidade destes equipamentos, qual é a sua utilização e quem orientará os indígenas no seu manejo.

Nos pontos já citados aparece a necessidade de enfatizar tanto a contratação de serviços como uma assistência móvel (volante), que garanta melhor aproveitamento dos funcionários já existentes.
- Dados e informações disponíveis na Delegacia.

Este comentário diz respeito a obtenção de dados por indivíduos que não pertencem a Funai, como foi o meu caso. Primeiramente é difícil encontrar na sede, administração, funcionários que ao responderem por um setor tenham um material organizado e claro. Existem casos de inúmeras informações não coincidentes ou ausen



cia delas.

2 - Mobilidade

Na forma como se apresenta atualmente o atendimento nas áreas indígenas, fica por vezes preso às instalações (construções), ao invés destas servirem de apoio para uma maior mobilidade dos funcionários.

Em alguns casos até 4 funcionários residem de forma permanente nas imediações de uma aldeia, o que sem dúvida interfere no cotidiano do grupo. (veja aldeia Alantesu)

O fato dos postos, enfermarias e escolas estarem localizados vizinhos a aldeias, descaracteriza-os enquanto espaço, território-neutro. Tal situação alimenta ressentimentos entre diferentes aldeias que passam a desejar também sede e chefe de posto, escola, etc.

Características sócio-políticas da cultura Nambiquara, implicam em alterações nos grupos, divisões e mudanças de aldeia. O crescimento demográfico e uma melhor utilização do eco-sistema, trabalham no mesmo sentido.

Como força contrária encontramos em alguns Postos Indígenas a introdução de novas atividades, equipamentos e concentração de pessoal apenas nas aldeias próximas às instalações do Posto Indígena.

Como resultado temos por um lado um desestímulo ao afastamento das aldeias das proximidades do Posto Indígena, alimentando dependência e a idéia de que só os indígenas que estiverem cotidianamente com os funcionários serão assistidos. Impedindo que o Posto Indígena, a enfermaria e a escola tornem-se território neutro, utilizado pelas várias facções existentes nas áreas. No caso de cisão em uma aldeia próxima ao posto indígena, as dificuldades de atendimento àqueles que se afastam são evidentes (veja P.I. Wasusu e P.I. Sarare).

Seria recomendável portanto, maior ênfase à assistência volante (móvel) e regular que busque atender igualmente aldeias mais distantes (veja P.I. Nambiquara)

O mesmo se aplica aos atendimentos de saúde, odontológicos, acompanhamento de agrônomo, veterinário e assistência social cujos funcionários estão sediados em Vilhena. A estrutura existe mas ca

rece de maior mobilidade e regularidade.

Registrei dois pontos alegados como motivo de atendimento irregular por parte destes funcionários.

1 - Falta de veículos para transporte de pessoal..

2 - Limite de diárias para funcionários que se ausentam da área onde estão lotados.

- Transporte

De fato, por ocasião de minha estadia verifiquei um estrangulamento no setor de transporte e manutenção de veículos. Se observarmos o quadro de viaturas (anexo), teremos 19 viaturas disponíveis, sendo que 5 estavam sendo consertadas e 2 eram dadas como em péssimo estado. Também apenas uma viatura é assinalada na casa do índio, uma Kombi, que serve na cidade de Vilhena.

Concretamente, isto significa, por exemplo, que o único enfermeiro que atende à área Indígena Tubarão/Latunde estava há três semanas esperando veículo disponível para se deslocar de Vilhena até o P.I. Tubarão/Latunde, em um período quando as duas viaturas do P.I. não se encontravam na área.

Ficam comprometidos assim todos os serviços já citados e com especial gravidade o atendimento da E.V.S., Equipe Volante de Saúde (1)

Cabe mencionar também a existência de inúmeras estradas, algumas recentemente recuperadas ou construídas, que se encontram em péssimo estado e exigem a utilização de veículos, potente tração, como o Toyota.

2 - Limite de diárias

É necessário verificar este item. Não teria sentido que a Funai dificultasse a assistência mais frequente às áreas, condição básica de sua função.

3 - Comunicação e equipe

É precária a comunicação entre funcionários que trabalham na área, em Vilhena e entre os diversos setores. Os trabalhos se dão

(1) Outros motivos já foram citados no Item Casa do Índio.

na maior parte das vezes de forma atomizada, em detrimento de um trabalho de equipe que entre outros benefícios permitiria driblar a heterogeneidade de formação e experiência, junto a comunidades indígenas, que existe no quadro de pessoal.

Neste sentido é identificável que a estrutura da Funai acaba por negligenciar funcionários com maior experiência que poderiam ser aproveitados com benefícios evidentes para os indígenas.

Importante reunião ocorreu a 30.maio.86, quando o chefe da 15ª DR e técnicos indigenistas encontraram-se pela primeira vez, com "o objetivo de iniciar um processo que resulte na criação de uma política indigenista para as áreas sob jurisdição desta Delegacia" (1). Várias sugestões e propostas foram então registradas na ata da reunião, levantando temas como independência econômica e preservação cultural, integração de setores, elaboração de programas, formação de conselho Indigenista e Indígena entre outros. Inestimável benefício traria aos indígenas atendidos a continuidade desta iniciativa.

No momento tem-se a impressão que, com exceção de alguns funcionários extremamente dedicados, a atuação da Funai está voltada para si própria. Delegacia só tem sentido quando voltada para os indígenas sob sua jurisdição. Inúmeros foram os investimentos em construções, equipamentos, pecuária, etc.

O mesmo empenho não foi encontrado na elaboração de avaliações que tomassem por base a cultura indígena, verificando, por um lado, as relações das comunidades com estes investimentos, e por outro a adequação do funcionamento e organograma da Funai.

(1) Ata da reunião de 30 de maio de 1986.

Anexos

- 1 - Fonte I - Funcionários PIN/POLO - Posição 2º Trimestre/86
(3 páginas)

Nota: Neste período ainda não tinham sido contratados novos funcionários para atender os Erikbatsa.

- 2 - Fonte II - Servidores da 15ª Delegacia Regional/Funai
(5 páginas)

Esta lista serviu de base para a Formulação de uma relação dos funcionários carentes da 15ª DR, para o ano base 86/87.

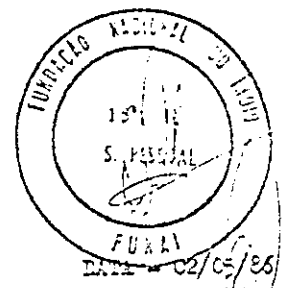
Foram utilizados apenas os dados de pessoal existente na administração e nas Áreas Indígenas Nambkwara e Tubarão/Latunde.

Os dados dos funcionários carentes foram alterados e constam da segunda versão desta lista que não me foi possível obter.

- 3 - Fonte III - Relatório Polonoeste Exercício 85/86 - Segunda Versão - Executado nos meses de junho/85 a março/86.

Não foi possível reproduzir esta Fonte. Todos os dados indicados nos textos anteriores como Polo 85/86 são relativos a esta segunda versão do Relatório.

- 4 - Fonte IV - Produção Borracha
- 5 - Fonte V - Discriminação dos veículos



PIB/TOLO
 POSIÇÃO 2º TRIMESTRE /86

Nº	NOME	ATO	ADMISSÃO	EMPREGO E/OU FUNÇÃO	CALHO DO MÊS	LOCAÇÃO
01	ANA MARIA DA SILVA GERTZ	C.S. 023	25.06.82	Aux. Serv. Gerais A-2	1.094,62	SEDE
02	ERICLENO SALDANHA FILHO	C.S. 004	23.06.83	Vigilante A-5	1.681,19	SEDE
03	DJALMA RODRIGUES PORTO	PCRT. 847/P	22.05.85	Chefe N. Passal	4.860,70	SEDE
04	MARIO QUEVEDO NETO	C.S. 076	01.04.86	Auxiliar Administrativo B-2	2.328,59	SEDE
05	CEBALDO CHAVES	C.S. 029	03.02.86	Radiotelegrafista B-7	3.593,81	SEDE
06	JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA	C.S. 009	12.01.82	Motorista B-3	2.528,64	SEDE
07	JOSÉ WILSON DOMINGUES	Port. 449/P	25.03.85	Chefe N. Matl. Patrimônio	4.860,70	SEDE
08	JOSÉ MARIA SFRICIS	Port. 663/P	11.11.82	Piloto de Aeronavo D-1	12.414,25	SEDE
09	LUIZ GALDINO DE OLIVEIRA	Port. 941/P	01.12.80	Motorista B-3	2.528,64	SEDE
10	LUIZ ANTONIO FERREIRA MURAKAMI	C.S. 005	23.06.83	Artífice A-7	1.928,76	SEDE
11	MARIA DO SOCORRO SUASSUNA AVELINO	Port. 245/P	17.03.83	Uso. Cont. B-6 - Cf. N. Cont. Fin.	4.860,70	SEDE
12	MARIANECLA PORONGARA SANTANA	C.S. 022	02.04.84	Auxiliar Administrativo B-2	2.328,59	SEDE
13	MERÉCIO MOREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR	Port. 418/P	14.06.83	Engenheiro Agrônomo D-2	7.978,93	SEDE
14	SIMNEY VIEIRA DE OLIVEIRA	C.S. 212	17.12.85	Motorista A-7	1.928,76	SEDE
15	VALDIR OLIVEIRA	C.S. 033	18.10.82	Vigilante A-5	1.681,19	SEDE
16	ROSELEDES FERREIRA DE MELO JUNIOR	C.S. 096	02.05.86	Radiotelegrafista B-7	3.593,81	SEDE

LOCAÇÃO

Djalma Rodrigues F.
 Chefe Nucleo de Per.
 Port. 447/P

Alfapac

34	ARREDORE RIBEIRO DA SILVA	Port. 373/P	06.03.85	Aux. Enfermagem B-7	3.593,81	PI NAMBIKUARA
35	CERQUEIRA MARIA DE JESUS	C.S. 071	21.03.86	Aux. Enfermagem B-7	3.593,81	PI NAMBIKUARA
36	ARA MARIA P. NOBREIRA DA COSTA	Port. 494/P	01.09.82	Professora de 1º Grau B-6	3.173,64	PI NAMBIKUARA
37	ARISTIDES P. NASCIMENTO	C.S. 096	03.10.83	Atendente de Enfermagem B-3	2.689,44	PI MANAÉ
38	OSVALDO RIBEIRO DE SOUZA	C.S. 017	14.02.84	Aux. de Ensino B-3	2.528,64	PI MANAÉ
39	DAISE MARIA RODRIGUES	C.S. 146	02.12.83	Aux. Enfermagem B-7	3.593,81	PI MANAÉ/ALTO
40	MARIA DO CARMO R. SANTOS	C.S. 222	21.10.81	Atendente de Enfermagem B-4	2.884,30	PI ARCEIRA
41	JOSÉ FRANCISCO SERAFIM	C.S. 086	11.04.86	Professor de 1º Grau B-6	3.173,64	PI ARCEIRA
42	MARIANA DE JESUS	C.S. 035	24.02.86	Aux. Enfermagem B-7	3.593,81	PI KINTIRULU
43	MARIA APARECIDA RODRIGUES	Port. 885/P	07.06.85	Aux. de Ensino B-3	2.528,64	PI KINTIRULU
44	EREMANI BARROS DA CUNHA	C.T. 054	01.08.77	Téc. Indigenista - Cf. PI	6.633,92	PI ALANTESSU
45	MARIA T. PRINER GOLDSCHMIDT	Port. 603/P	12.08.83	Aux. Enfermagem B-7	3.593,81	PI ALANTESSU
46	MARIA NAZARÉ P. MIRANDA	C.S. 082	21.09.84	Aux. Enfermagem B-7	3.593,81	PI ALANTESSU/WAIXISU
47	MARIA DE LOURDES JESUS	C.S. 210	06.01.86	Professora de 1º Grau B-6	3.173,64	PI ALANTESSU
48	CRISTINA DOS SANTOS S. ALVES	C.S. 183	20.11.85	Professora de 1º Grau B-6	3.173,64	PI MANAÉ/ISU
49	RENÉE COSTA ALVES	C.S. 168	01.11.85	Aux. Enfermagem B-7	3.593,81	PI MANAÉ/ISU
50	SERASTIÃO HORÁCIO DA SILVA	C.S. 003	02.01.86	Aux. Serv. Gerais A-1	977,29	PI MANAÉ/ISU
51	ABEL PEREIRA	Port. 1017/P	25.06.85	Atendente de Enfermagem B-3	2.689,44	PI TUBALÃO
52	MARIA DE FÁTIMA O. VIEIRA	Port. 539/P	04.08.83	Aux. Enfermagem B-7	3.593,81	PI SARARÉ
53	ANTÔNIA DE S. FERREIRA	C.S. 063	10.03.86	Aux. Ensino B-3	2.528,64	PI SARARÉ
54	IRENEILDES MARTINS DA COSTA	Port. 537/P	04.03.83	Aux. Enfermagem B-7	3.593,81	PI WASUSU

Vagas a serem preenchidas:

02 PI ARCEIRA - CHEFE PI WASUSU - CHEFE PI KINTIRULU - CHEFE PI MANAÉ/ISU - CHEFE DA CASA DO ÍNDIO - CHEFE SEDEC

VAGÂNCIAS DO

" LAJE DO

" SEDEC

Obs: Servidor FRANCISCO SÉRGIO DUTRA - Assistente Administrativo C-2 - Admitido 04.10.81 - 1º C.S. 026 vg presta serviço na Sede ESE





MINISTÉRIO DO INTERIOR
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI
 JUZARCA AUTÓNOMA VRIE DO GURGURÉ

SERVIDORES - 25ª DELEGACIA REGIONAL/FUNAI

REG.	FUNÇÃO	CARGO	EXISTENTE	CARENTE	TOT.
Org.	Delegado Regional	Sertanista	01		02
P/P	Comandante Aeronáutico	Piloto	01		02
2 Org.	Secretaria	Aux. Administrativo	01		03
		Telefonista		01	01
		Téc. Arquivo		01	01
		Advogado		01	01
		Antropólogo		01	01
3 Org.	Chefe S. Administrat.	Sertanista	01		01
		Aux. Administrativo		01	01
P/P	Chefe N. Finanças	Téc. Contabilidade	01		01
P/P		Aux. Administrativo	01		01
P/P	Chefe N. Pessoal		01		01
		Aux. Administrativo		02	02
17	Chefe N.M. Patrimônio	Aux. Administrativo		01	01
		Aux. Administrativo		01	01
		Almoxarife		01	01
4 Org.	Chef N.A. Auxiliares	Assist. Administrat.	01		01
		Mecânico		02	02
P/P		Artífice	01		01
18 Org.		Artífice	01		01
P/P		Motorista	04	03	07
P/P		Vigilante	03	03	05
P/P		Aux. Serv. Gerais	06	02	08
	Chefe N. Telecomunica.	Téc. Telecomunicação		01	01
P/P		Telegrafista	02		02
5 Org.	Chefe SAI	Téc. Indigenista	01		01
6 Org.	Chefe SEDEC	Téc. Indigenista	01		01
		Agrônomo	01		01
		Veterinário		01	01
		Téc. Agrícola	01		01

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
ESTADIA AUTÔNOMA VALE DO GUARANI

<u>REG.</u>	<u>FUNÇÃO</u>	<u>CARGO</u>	<u>EXISTENTES</u>	<u>VAGANTES</u>	<u>ET</u>
	Chefe Eq. Vigilância	Téc. Indigenista		01	01
		Téc. Agrimensura		02	01
P/P		Assistente Social	01		01
		Aux. Social		01	01
P/P	Chefe Serv. Educação	Aux. Ensino	01		01
		Prog. Educacional		01	01
	Coord. Curso Bilingua	Téc. Linguista		01	01
<u>CASA DO ÍNDIO</u>					
	Chefe Casa Índio	Téc. Indigenista		01	01
P/P	Chefe Serv. Saúde	Médico	01		01
P/P		Enfermeira	01		01
2 Orq.		Odontólogo	01		01
		Protético		01	01
		Aux. Higiene Bucal		01	01
P/P		Aux. Enfermagem	01	02	03
5 Orq.		Atend. Enfermagem	02		02
P/P		Laboratorista	02		02
	Chefe EVS	Médico		01	01
		Enfermeira		01	01
		Odontólogo		01	01
		Aux. Higiene Bucal		01	01
<u>POSTO INDÍGENA AROEIRA</u>					
	Chefe Posto	Téc. Indigenista		01	01
P/P		Atendente Enferm.	01		01
		Prof. 1º Grau		01	01
		Aux. Serv. Gerais		01	01
		Tratorista		01	01
<u>POSTO INDÍGENA TUBAÍTO/SEDE</u>					
	Chefe Posto	Técnico Indigenista		01	01
P/P		Atend. Enfermagem	01		01
P/P		Aux. Ensino	01		01
		Motorista		01	01
		Aux. Serv. Gerais		01	01



MINISTÉRIO DO INTERIOR
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 ADMINISTRAÇÃO GERAL DE EMPREGOS

REG.	FUNÇÃO	CARGO	EXISTENTES	VAGANTES	TT
		<u>TUPACATI/IAJUBA</u>			
		Aux. Enfermagem		01	01
		<u>TUPACATI/VEADO PRATO</u>			
		Aux. Enfermagem		01	01
		Prof. 1º Grau		01	01
		<u>POSTO INDÍGENA KURUPAUBI</u>			
	Chefe Posto	Téc. Indigenista		01	01
P/P		Aux. Enfermagem	01		01
P/P		Aux. Ensino	01		01
		Aux. Serv. Gerais		01	01
		<u>POSTO INDÍGENA MAMANIUBI</u>			
9 Org.	Chefe Posto	Téc. Indigenista	01		01
P/P		Atend. Enfermagem	01		01
P/P		Aux. Ensino	01		01
10 Org.		Aux. Serv. Gerais	01		01
		Tratorista		01	01
		<u>ALDEIA DO CARO</u>			
P/P		Aux. Enfermagem	01		01
		Prof. 1º Grau		01	01
		Aux. Serv. Gerais		01	01
		<u>ALDEIA CAPIÃO PEDRO (PIV)</u>			
	Chefe Posto	Téc. Indigenista		01	01
		Téc. Agrícola		01	01
		Aux. Serv. Gerais		02	02
11 Org.		Atend. Enfermagem	01		01
		Prof. 1º Grau		01	01
		<u>POSTO INDÍGENA NALBUQUARA/SEDE</u>			
	Chefe Posto	Téc. Indigenista		01	01
P/P		Aux. Enfermagem	01		01
P/P		Prof. 1º Grau	01		01
12 Org.		Tratorista	01		01
13 Org.		Aux. Serv. Gerais	01	01	01
		<u>ALDEIA BRANCA</u>			
		Aux. Enfermagem		01	01
		Prof. 1º Grau	01	01	01



MINISTERIO DO INTERIOR
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 AJUDÂNCIA AUTÔNOMA VALE DO GUAPORÉ

REG.	FUNÇÃO	CARGO	EXISTENTES	CARENTES	TT
		Aux. Serv. Gerais		01	01
	<u>ALDEIA BOQUEIRÃO</u>				
		Aux. Enfermagem		01	01
		Prof. 1º Grau		01	01
		Aux. Serv. Gerais		01	01
	<u>POSTO DE VIGILÂNCIA CAMARARÉ</u>				
	Chefe Posto	Téc. Indigenista		01	01
		Téc. Agrícola		01	01
		Aux. Serv. Gerais		02	02
		Aux. Enfermagem	3	01	01
		Prof. 1º Grau		01	01
	<u>POSTO INDÍGENA IANAIRISU</u>				
	Chefe Posto	Téc. Indigenista		01	01
P/P		Aux. Enfermagem	01		01
P/P		Aux. Ensino	01		01
14 Orç.		Aux. Serv. Gerais	01		01
		Tratorista		01	01
	<u>POSTO DE VIGILÂNCIA ARAPURANGA</u>				
	Chefe Posto	Téc. Indigenista		01	01
		Téc. Agrícola		02	02
		Aux. Serv. Gerais		02	02
	<u>POSTO INDÍGENA ALANTESU</u>				
P/P	Chefe Posto	Téc. Indigenista	01		01
		Prof. 1º Grau	01		01
		Aux. Enfermagem	01		01
		Aux. Serv. Gerais		01	01
		Tratorista		01	01
	<u>ALDEIA WABICISU</u>				
P/P		Aux. Enfermagem	01		01
		Prof. 1º Grau		01	01
		Aux. Serv. Gerais		01	01



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI
RUBRICA RUBRICA VAI DO CUBRIS

<u>REC.</u>	<u>FUNÇÃO</u>	<u>CARGO</u>	<u>EXISTENTES</u>	<u>CARENTES</u>	<u>DT.</u>
	<u>POSTO INDÍGENA WASUEY</u>				
	Chefe Posto	Téc. Indígenista		01	01
P/P		Prof. 1º Grau	01		01
P/P		Aux. Enfermagem	01		01
15 Org.		Aux. Serv. Gerais	01		01
	<u>POSTO INDÍGENA SARARÉ</u>				
16 Org.	Chefe Posto	Téc. Indígenista	01		01
P/P		Aux. Enfermagem	01		01
ZPE		Prof. 2º Grau		01	01
		Aux. Serv. Gerais		01	01
		Tratorista		01	01

ORÇAMENTÁRIA	-	17
POLONOROESTE	-	34
CARÊNCIA	-	

xiso/RESO/JEFAS

PRODUÇÃO BORRACHA

1985

- TUBARÃO/LATUNDÊ (VEADO PRATO) --	7.695,0 Kg.
- MAMAINDÊ (NEG., GATO & CAP PEDRO)..	5.716,5# Kg
- AROUINA - - - - -	5.549,0 Kg
- KITHAULU - - - - -	3.882,0 Kg
- NAMBIKWANA - - - - -	3.478,0 Kg
TOTAL - - - - -	<u>26.370,5 Kg</u>

PRODUÇÃO BORRACHA

(ATÉ MAIO) 1986

* TUBARÃO/LATUNDÊ (VEADO PRATO)	950,0 Kg
- AROUINA . - - - - -	1.110,0 Kg
- MAMAINDÊ . - - - - -	800,0 Kg
- NAMBIKWANA - - - - -	354,5 Kg
- KITHAULU - - - - -	75,0 Kg

*OBS.: OS TUBARÕES NEGOCIAM MUITA BORRACHA EM PIMENTA BUENO, TORNANDO DIFÍCIL, OU QUASE IMPOSSÍVEL, O CONTROLE DA PRODUÇÃO EFETUADO POR ESSA ISª DR.

